

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

A Imprensa, o Governo e suas ações na Mesorregião Sudoeste
do Pará durante o caso Dorothy Stang

TAÍS MORAIS

Brasília, DF, Junho de 2005

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

**A Imprensa, o Governo e suas ações na Mesorregião Sudoeste
do Pará durante o caso Dorothy Stang**

TAÍS MORAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Centro Universitário de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo, sob a orientação de Sérgio Euclides de Souza.

Brasília, DF, Junho de 2005

BANCA EXAMINADORA

“A diferença entre o jornalismo e a literatura é que o jornalismo é ilegível e a literatura não é lida.”

Oscar Wilde

Agradecimentos

Aos meus filhos, pela paciência.

Ao meu pai, pelo amor e por acreditar em mim.

À minha mãe, por estar sempre presente.

À Myrian Alves, pela amizade e carinho incondicional.

Ao Sérgio Euclides, por me orientar e mostrar o caminho.

À Isis, minha irmã, pelo apoio.

À vida, por me abrir as portas.

Sumário

Resumo	7
Capítulo 1 – Introdução e contexto	8
Uma digressão teórica	11
Antecedentes – conflitos no Pará	15
Um pouco de história da luta pela Amazônia – o início dos conflitos	17
Capítulo 2 – A Amazônia de hoje – conflitos, queimadas e derrubadas persistentes	20
Capítulo 3 – A missionária – uma ameaça?	23
Capítulo 4 – A imprensa chega ao local	26
Capítulo 5 – O Pará sob os holofotes – por que tantas luzes? A imprensa internacional	29 30
Capítulo 6 – O governo começa a agir	33
Capítulo 7 – A investigação e a força-tarefa – presença federal na Terra do Meio	42
Capítulo 8 – O Exército, suas ações e alegorias	47
Capítulo 9 – A prisão de Bida – o fim das investigações e o esfriar das notícias	52
Capítulo 10 – Desfecho – últimos desdobramentos	58
Capítulo 11 – Conclusão	61
Referências	65

Capítulo 1 – Introdução e contexto

Neste trabalho, pretendo analisar e comentar a cobertura jornalística das ações governamentais realizadas no Pará, a partir do assassinato da missionária religiosa Dorothy Stang.

O Pará é um estado com ricos produtores de carne e soja. Existem várias empresas multinacionais instaladas na região. Embora atividades econômicas de grande rentabilidade sejam exercidas ali, o povo, aparentemente, não é beneficiado. As condições de miséria e pobreza ainda continuam existindo. Os benefícios não chegam às comunidades mais pobres.

Seria o fato de uma religiosa ser assassinada, importante o suficiente para mobilizar governo e mídia? O que uma missionária religiosa, moradora da região há trinta anos, poderia representar de ameaça? A que interesses? Qual a presença do estado na região? Por que tal presença não impediu o crime? O governo de fato aumentou suas ações na região em resposta ao assassinato da missionária? Qual o impacto da cobertura da mídia nas mudanças sugeridas nas perguntas anteriores?

Matérias dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* foram escolhidas e analisadas por se tratarem dos quatro mais influentes veículos de comunicação brasileiros e por terem enviado correspondentes ao Pará. O *Correio Braziliense* foi escolhido por ser o mais importante jornal da capital da república e também por ter enviado correspondente. Embora sejam muito parecidas, há pequenas diferenças na abordagem e no tipo de cobertura. Umam mostram claramente a intenção de polemizar falando

incessantemente sobre as atividades de Dorothy na região, outras, apresentam o enfoque na busca dos responsáveis pelo crime.¹

O Liberal também entrou no rol de análise. Este, mesmo sendo um jornal paraense, não abordou o assunto com a mesma intensidade dos demais veículos: não manteve correspondentes em todos os momentos da cobertura, tendo recorrido a serviços de agências de notícias. Este é um fato surpreendente por se tratar do maior e mais importante jornal do estado. Dada a presença determinante da Polícia Federal no caso, os outros veículos chegaram a insinuar que a atuação do governo estadual esteve aquém do esperado na apuração do crime.

Neste estudo, também utilizei como fonte de pesquisa material publicado em semanários e jornais estrangeiros, afim de dar uma idéia da repercussão do caso. Suspeita-se que a reação do governo brasileiro ao assassinato deveu-se à pressões provenientes da cobertura jornalística internacional. Relatórios de organizações não-governamentais serviram de apoio para a sustentação do argumento sobre a devastação e conflitos constantes na Amazônia.

O governo brasileiro realizou ações emergenciais e ficou sob holofotes da mídia nacional e estrangeira durante várias semanas.

O Estado tem sido criticado por não dar importância devida aos problemas da região. A imprensa, sempre que noticia ações governamentais, dá ênfase às questões relativas ao combate ao trabalho escravo – a maior parte, de forma sensacionalista e sem a cobrança de soluções para os problemas. Homens são utilizados para desmatar grandes pedaços de terra a serem usados como pastos. O governo agiria de forma episódica e repressiva, não preventiva. O resultado seria a reincidência dos casos de trabalho escravo. A

¹ O método que utilizo é o da análise qualitativa de conteúdo, na qual procuro um certo equilíbrio entre exigências opostas. A respeito, faço minhas as palavras de Christian Laville e Jean Dionne: “[a] análise de conteúdo assemelha-se a técnicas que se mostram delicadas ao uso, que exigem tempo e, portanto, paciência e perseverança por parte do pesquisador. Elas também demandam disciplina, uma organização sistemática *que, no entanto, não venha podar suas intuições, sua imaginação nem sua sutileza e perspicácia.*” (grifo meu) LAVILLE, Christian, e DIONNE, Jean, *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*, Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 228.

tese prevalecente é a de que fazendeiros continuam a recrutar pessoas com este fim, pois têm a certeza da impunidade. Os trabalhadores não terão como sobreviver, sem a perspectiva de empregos formais e dignos, voltarão para as fazendas, e continuarão a desmatar e a trabalhar em condições de vida e higiene precárias.

Quando órgãos internacionais como o Greenpeace e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ou a Organização das Nações Unidas (ONU) fazem críticas e solicitam explicações acerca do problema, o governo brasileiro, por meio dos veículos de comunicação nacionais, responde prontamente, tentando mostrar sua presença ativa no Norte.

Antes do caso de Anapu, a imprensa brasileira pouco mostrou as importantes iniciativas dos líderes populares da região. Dorothy Stang e outros, que lutam por um Pará e uma Amazônia livres dos problemas criados por madeireiros, grileiros e posseiros, não eram apresentados aos brasileiros. Contudo, com a morte da missionária, os veículos de comunicação noticiaram também algumas prisões e assassinatos de outras pessoas ligadas ao movimento camponês. Coincidentemente naqueles dias, no Rio de Janeiro, um ecologista foi assassinado. A mídia cobriu amplamente o caso. Na mesma época, quando outros quatro sindicalistas morreram no Pará, a cobertura deixou a desejar.

Com a morte de Dorothy, o governo montou uma força-tarefa militar e também de comunicação. Assessores de imprensa dos ministérios do Meio Ambiente, da Reforma Agrária, do Exército, da Aeronáutica, do Trabalho e Emprego e da Polícia Federal, entre outros, se reuniram para discutir a estratégia de cobertura, assessoria à grande mídia e também de defesa a prováveis arranhões na imagem do governo. O Governo, uma vez que elaborava programas e tarefas a serem realizadas na área, precisava manter seus assessores a postos.² A mídia entrou em campo. Todos queriam acompanhar de perto os fatos.

² Reunião realizada no Palácio do Planalto, no fim de fevereiro de 2005. O governo queria seus assessores perto da grande imprensa. Tanto para ajudá-los, quanto para assessorarem as instituições governamentais, levando informações antes que a mídia as pegassem desprevenidas. Informações de Myrian Luiz Alves, assessora de imprensa do Ministério do Trabalho e Emprego.

Nesse clima de competição midiática, surge a idéia deste estudo. De que forma e em que medida a morte de Dorothy Stang (*a*) modificou a postura do governo frente aos problemas do Sudoeste do Pará, e (*b*) a conseqüente cobertura jornalística?

Uma digressão teórica

Neste estudo exploratório, busco compreender como a mídia se comportou no caso Dorothy Stang, e até onde teria influenciado para que os governos estadual e federal se mobilizassem para desvendar rapidamente o crime.

Segundo Bill Kovach e Tom Rosenstiel em *Os Elementos do Jornalismo*, “[a] imprensa funciona como um guardião, tira as pessoas da letargia e oferece voz aos esquecidos”.³ O caso Anapu mostra isso claramente. As vozes caladas daquela comunidade foram, de repente, conhecidas pelo Brasil e pelo mundo.

Nos últimos tempos, tenho visto setores da imprensa provocarem vários debates sobre o seu papel social; mas creio que, no fim das contas, ela só sirva mesmo para adiar, indefinidamente, uma discussão necessária nesse sentido. Se é assim, qualquer mudança sofrida pelo jornalismo nos últimos 300 anos em função da velocidade na qual a tecnologia avançou, das técnicas de difusão das notícias, na verdade não importa muito. O que me parece realmente relevante nesse caso são as influências que a imprensa tem e deveria ter no desenrolar de determinados assuntos.

E é acerca do assassinato da religiosa Dorothy Stang que analiso a imprensa e sua importância no desdobramento de certos acontecimentos. Como já citado, a região de Anapu era um local abandonado pelas autoridades. Crimes acontecem na região com enorme frequência, e as autoridades nada fazem. No entanto, ao entrar em campo o Quarto Poder – *no papel de Quarto Poder* –, a morte de Dorothy foi logo esclarecida.

³ KOVACH, Bill, e ROSENSTIEL, Tom, *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*, São Paulo: Geração Editorial, 2003, p. 31.

Patty Calhoun, em discussão no Fórum do Comitê dos Jornalistas Preocupados,⁴ afirma que a “busca da verdade, da exatidão e da equidade nunca termina”.⁵ No caso Anapu, a imprensa buscou a verdade a partir do momento que lhe foi propício.

Em tempos como estes, em que a imprensa é alvo de críticas e dúvidas, fica difícil reconhecer sua verdadeira intenção durante a cobertura de um caso – se a vendagem de notícias, ou se o desejo de que aquele assunto seja realmente de conhecimento do público leitor.

Para entender alguns pontos cruciais sobre notícias e os critérios de noticiabilidade, é preciso regressar no tempo. Alguns desses critérios me parecem sempre inclinados a mostrar um lado mais sombrio do mundo. Me remetem ao podre e sujo, como se todas as pessoas gostassem de ler sobre assassinatos ou coisas ruins. De acordo com Nelson Traquina, em *Teorias do Jornalismo*, durante a guerra civil norte-americana, três jornalistas teriam sido capturados e decapitados pelas forças rebeldes; o General William Sherman, ao saber do ocorrido, teria dito que a partir de então eles teriam notícias do “inferno” antes do café da manhã.⁶ E é assim que vejo a mídia agir: quando há interesse em divulgar determinado assunto, ela se esmera em fazê-lo figurar na pauta, por vezes, durante semanas a fio.

Para Traquina, o jornalismo dá muita importância ao imediatismo e à busca pelas “estórias” de interesse humano, sempre centradas nos indivíduos em situações

⁴ Um grupo de 25 jornalistas norte-americanos, preocupados com a crise que enfrentava o jornalismo, reuniu-se em 1997, em Chicago, para discutir os sérios problemas que detectavam na profissão, e a desconfiança do público para com o jornalismo. Esse grupo organizou discussões públicas e elaborou planos de trabalho.

⁵ Citada em KOVACH e ROSENSTIEL, *Os Elementos do Jornalismo*, p. 61.

⁶ TRAQUINA, Nelson, *Teorias do Jornalismo, vol. II: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*, Florianópolis: Insular, 2005, p. 61.

contingentes ou em paradoxos atuais. O caso Anapu envolvia uma mulher e uma situação inusitada.⁷

Segundo Galtung e Ruge, o objetivo primordial dos jornalistas ao noticiar um fato é buscar algo que influencie o fluxo de notícias, ou a forma como esse mesmo fato pode se tornar a notícia. Galtung e Ruge enumeram 12 critérios de noticiabilidade, ou valores-notícia.

1) a frequência, ou seja, a duração do acontecimento; 2) a amplitude do evento; 3) a clareza ou falta de ambigüidade; 4) a significância; 5) a consonância, isto é, a facilidade de inserir o “novo” numa “velha” idéia que corresponda ao que se espera que aconteça; 6) o inesperado; 7) a continuidade, isto é, a continuação como notícia do que já ganhou noticiabilidade; 8) a composição, isto é, a necessidade de manter o equilíbrio nas notícias com diversidade de assuntos abordados; 9) referência a nações de elite; 10) a referência a pessoas de elite; 11) a personalização ou referência às pessoas envolvidas; e 12) a negatividade, ou seja, segundo a máxima “*bad news is good news*”.⁸

No caso de Dorothy, podemos aplicar alguns desses critérios, a exemplo do sexto – o Inesperado. Galtung e Ruge afirmam que “a idéia é simplesmente a de que não é suficiente para um acontecimento ser culturalmente significativo e consoante com o que se esperava – isto define apenas um vasto conjunto de candidatos a notícia”.⁹ Um fato inesperado ou raro tem maior chance de ser veiculado pela mídia.

O item nove, a referência a nações de elite, se encaixa perfeitamente ao caso. Dorothy: a despeito de sua nacionalidade brasileira, era nascida nos Estados Unidos. Isso gerou um ponto a mais para se explorar o caso. O último critério útil neste estudo é o décimo-segundo – a Negatividade. Nesse caso, uma má notícia foi um bom pretexto para se gerar “boas” notícias. Assassinatos são exemplos de tragédias que geram motivos para se fazer notícia. Ainda mais quando se trata de personagens que possivelmente cairão no gosto do público. Não é qualquer morte que causa comoção e interesse público; e, no “olhar” da

⁷ TRAQUINA, *Teorias do Jornalismo*, p. 48.

⁸ GALTUNG, Johan, e RUGE, Marie Holmboe, “The Structure of Foreign News”, *Journal of International Peace Research*, vol. I. Citado por TRAQUINA, *Teorias do Jornalismo*, p. 69.

⁹ *Idem*, p. 71.

imprensa, Dorothy era uma personagem que, mesmo sem ser conhecida, poderia se tornar uma mártir e, por conseguinte, uma boa fonte de notícias. Una-se a isso o fato de ser inesperado tal acontecimento, tem-se uma notícia perfeita: afinal, o homicídio de uma senhora religiosa e engajada em causas sociais, é raro.

Se traçarmos um paralelo entre outras coberturas de assassinatos e este de Anapu, poderemos facilmente entender que é consenso no jornalismo a morte ser sempre um fato noticiável; no entanto, percebe-se que há preterimento na escolha das “personalidades”. Nesse caso, podemos então considerar o décimo critério de noticiabilidade – a Referência a Pessoas de Elite. Embora Dorothy não seja de elite, havia muitos envolvidos no caso que possuíam certa condição financeira e alguma projeção política. De mais a mais, há de se pensar que naquele cenário, pessoas são mortas todos os dias. O livro *Rio Maria – A terra da morte anunciada*, de Moacyr de Oliveira Filho, já denunciava as mortes naquela região do Pará. Mas na época em questão, fim dos anos 1970, início dos anos 1980, a história era outra. O PCdoB, partido forte na região, depois do fracasso na Guerrilha do Araguaia, ainda tentou se consolidar no campo. Engajava-se na formação de líderes comunitários, e eles eram mortos; a imprensa não publicava essas mortes, e nem a revanche dos colonos contra os touros reprodutores dos fazendeiros mandantes dos crimes.¹⁰ Outro livro que denuncia o conflito naquela terra é *Família Canuto e a luta camponesa na Amazônia*, de Carlos Cartaxo; publicado em 1999, conta a saga de João Canuto e de sua contribuição para a organização política e sindical da região Sul do Pará. Ele fundou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, atuou no movimento de base da Igreja Católica e foi candidato na primeira eleição à prefeitura de Rio Maria. Por poucos votos não foi eleito. Enfrentou os pistoleiros e criminosos que matavam os trabalhadores rurais como se fossem animais. Por essa razão, foi assassinado em 1985. Os filhos de Canuto deram continuidade à sua luta em prol dos

¹⁰ OLIVEIRA FILHO, Moacyr de, *Rio Maria: terra da morte anunciada*, São Paulo: Anita Garibaldi, 1991. CARTAXO, Carlos, *Família Canuto e a luta camponesa na Amazônia*, Belém: UFPA/Livroarte, 1999.

trabalhadores do campo; em 1990, José, Paulo e Orlando foram seqüestrados de dentro de casa e metralhados. Apenas Orlando conseguiu escapar todo perfurado de balas.

Antecedentes – conflitos no Pará

O Pará é um estado com altos índices de conflitos sociais e agrários. Na Região Norte, a maior do Brasil, que contém grande parcela da floresta amazônica, o abandono da população e das terras é um fato notório. Segundo documento enviado ao Governo Federal pela organização ambientalista Greenpeace, de todos os estados brasileiros é o Pará o detentor do maior índice de assassinatos ligados à disputa de terras. Das 1.237 mortes de trabalhadores rurais ocorridas no período de 1985 a 2001, cerca de 40% aconteceram ali.¹¹ E mais: é o estado campeão de desmatamento ilegal, da grilagem fundiária, do trabalho escravo, da exploração ilegal de madeira e de mazelas sociais como o subemprego, a desigualdade de classes, a falta de saneamento básico e doenças endêmicas.¹² Há um crescimento desenfreado das terras exploradas por madeireiros, o que aumenta os conflitos entre posseiros e grileiros. Há ainda a destruição da cobertura florestal e a facilidade para ocupação de vastas áreas por pecuaristas e grandes fazendeiros.

Após o período mais intenso de exploração, espécies valiosas de madeiras como o mogno e o cedro, se tornaram mais raras. Hoje, para se chegar a estas espécies, que se encontram interiorizadas nas matas, madeireiros retiram também, árvores de menor valor comercial. O coração da floresta ainda consegue manter seu metabolismo relativamente intacto – no entanto, o valor comercial das madeiras de lei, como o mogno, incita o

¹¹ www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/para_estadodeconflito.pdf. Acessado em 15/04/05.

¹² *Idem.*

desmatamento. Dos 1.200 reais que custa a tora no Brasil, depois de trabalhado, pode valer doze vezes mais no mercado internacional.¹³

Intrigante é ainda a questão da fiscalização ao desmatamento. No Sudeste do Pará, a secular castanheira, mesmo protegida pela Lei 6.422, tem sido intensamente retirada. Em 2003, fiscais do Ibama apreenderam 1579 árvores, entre toras e madeira serrada. De janeiro a março deste ano foram 228 árvores apreendidas depois de terem sido derrubadas. Nos anos 1970, chegaram a ser colhidas mais de 17 mil toneladas de castanha-do-pará, nos anos 2000, a produção caiu para menos de cinco mil toneladas por ano. Isto demonstra que o extrativista tem sido prejudicado em suas atividades comerciais.¹⁴

A violência é um grande problema no Pará. A incidência de assassinatos, por questões de terra, são constantes. Lideranças comunitárias são ameaçadas e oprimidas.

A exemplo, o sindicalista e ecologista Chico Mendes. Que não era paraense, sim acreano, e grande liderança entre os seringueiros. Chico lutava pela a criação de programas e reservas de extrativismo sustentável. Barbaramente silenciado há 17 anos, em Xapuri, pelos fazendeiros Darli e Darcí Alves dos Santos, que tinham suas atividades pecuaristas atrapalhadas pelas mobilizações de Chico Mendes. Filho de camponês, passou toda a sua vida vivendo no interior do Acre – o mais pobre estado amazônico –, tornando-se seringueiro ainda adolescente. Engajou-se na luta pelos povos da floresta e pela reforma agrária, e, durante 11 anos, brigou por condições de vida melhores, convertendo-se em símbolo da luta contra os conflitos na Amazônia e pelo fim do desmatamento desmedido.¹⁵

¹³ “Em profundidade: Amazônia”, *Veja on-line*, http://veja.abril.com.br/idade/em_profundidade/index.html. Acessado em 23/03/2005.

¹⁴ *Revista Ciência Hoje* nº 34, 2004, www.ecoviagem/ecoreporter.com.br. Acessado em 23/03/2005.

¹⁵ www.chicomendes.org.br. Acessado em 23/03/2005.

Um pouco da história da luta pela Amazônia – o início dos conflitos

Desde o descobrimento do Brasil até 1877, os índios eram praticamente os únicos habitantes das terras do Norte. Quando começa a invasão, inicia-se também o tráfico de escravos para lá. Os depois tradicionais habitantes da floresta amazônica – índios, seringueiros, castanheiros etc. – baseiam seu modo de vida na extração de produtos como a borracha, a castanha, a batata, os óleos vegetais e outros. Além disso, dedicam-se à caça e à pesca não-predatória, bem como à agricultura de subsistência. Esses grupos sociais precisam da mata e dos rios para sobreviver, e sabem como utilizar os recursos naturais sem destruí-los. Para conter as ameaças externas e também por causa do intenso desmatamento, surge a aliança dos povos da floresta.¹⁶

No início do século passado, milhares de homens seguiram para o interior das matas em busca de fortuna nos seringais amazônicos. Os patrões – grandes seringalistas – aproveitavam-se da miséria daqueles homens e os usavam para desbravar a floresta e retirar o látex a ser exportado.¹⁷

Preparados para lutar contra os índios, formavam um exército a serviço dos seringalistas, das empresas, grupos e também dos banqueiros internacionais, interessados na borracha da Amazônia. Nessa época começam os conflitos entre índios e brancos. Cerca de 60 tribos foram massacradas. Cada grupo dizimado correspondia à formação de uma grande área de seringais. Além desses massacres, que mataram índios e brancos, os extrativistas morriam ainda de malária e febre terçã. A leishmaniose deixava-os seriamente feridos, inclusive sem cartilagens no nariz. Isto os enfraquecia e os deixava à mercê das outras endemias.¹⁸

¹⁶ *Idem.*

¹⁷ Conselho Nacional dos Seringueiros, www.csn.com.br. Acessado em 28/03/2005.

¹⁸ www.historiaviva.net. Acessado em 1/05/2005.

Por quase 50 anos, a borracha natural sustentou um dos mais importantes ciclos de desenvolvimento do Brasil. Naquela época, a revolução industrial se expandia de forma veloz, e o mundo vivia o histórico período de prosperidade e descobertas que se refletiam em todos os setores. Automóvel, bonde, telefone, luz elétrica e outras inovações mudavam paisagens e costumes nas cidades. Novos mercados se abriam. Era a *belle époque*, cujo esplendor a literatura e o cinema se encarregaram de retratar para as gerações seguintes.¹⁹

Devido às múltiplas aplicações, principalmente na indústria automobilística em expansão, a borracha obtida a partir do látex tornou-se produto mundialmente valorizado. E seringueiras não faltavam na Amazônia brasileira. Isso transformou a Região Norte do Brasil, uma das mais pobres e desabitadas do país, em um local de grande prosperidade. Interessadas na exploração dos seringais amazônicos, grandes empresas e bancos estrangeiros instalaram-se nas cidades de Belém e Manaus. Isso só arrefeceu quando as colônias britânicas e a Malásia começaram a produzir látex o suficiente para inseri-las no mercado mundial.²⁰

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil volta a exportar látex para suprir as necessidades da guerra. Assim aconteceu a segunda vaga de imigração para o Norte. Desta vez, integradas por nordestinos desempregados. São os chamados "soldados da borracha": sujeitos ao serviço militar, os homens tinham que escolher entre lutar na guerra ou trabalhar como seringueiro.²¹

Nos anos de 1970 a 1975, fazendeiros instalaram-se no norte do país, principalmente no Pará. Com os incentivos fiscais da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), compraram mais de seis milhões de hectares de terra, espalharam centenas de jagunços pela região, expulsando e matando posseiros e índios,

¹⁹ Com base em estudo de janeiro de 2003 da Petroquímica, empresa da Petrobrás, www.petroflex.com.br/perfil_borracha.htm. Acessado em 24/04/2005.

²⁰ *Idem*.

²¹ www.historiaviva.net. Acessado em 24/03/2005.

queimando as casas dos camponeses, assassinando mulheres e matando animais. Também foram criadas as colônias agrícolas assentadas pelo Incra. O governo tentava diminuir o vazio demográfico da região e acolher os imigrantes nordestinos que iam para a Amazônia fugindo da seca.²²

Por outro lado, não havia espírito de luta organizado entre os povos que viviam na mata. Entre as proibições imposta pelos patrões, os filhos dos seringueiros não tinham direito de ir à escola, e os empregados aceitavam as condições.

A partir de 1975, mais de dez mil famílias de seringueiros organizam-se. Expulsas de suas glebas, fundam os primeiros sindicatos rurais com ajuda da Igreja Católica. Em 1980, surge em toda a região um movimento de resistência dos seringueiros para impedir os grandes desmatamentos. Criam o "empate" – forma de protesto realizado por várias pessoas que se colocam diante das motosserras para impedir o corte das árvores (mulheres e crianças também faziam parte desse movimento, como verdadeiros escudos humanos).

Nesses conflitos, os seringueiros se mostraram verdadeiros guardiões da floresta. Hoje, servem como exemplo de que o homem pode viver com a natureza sem destruí-la.²³

²² www2.uol.com.br/historiaviva. Acessado em 17/04/2005.

²³ *Idem*.

Capítulo 2 –

A Amazônia de hoje – conflitos, queimadas e derrubadas persistentes

A Amazônia representa, em termos de extensão, quase 60% do território brasileiro; é a maior reserva de floresta tropical do mundo. A medida aproximada da floresta amazônica é de 5,5 milhões de km². As matas existem no norte do Brasil, na Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela.

No Brasil, elas constituem a Amazônia Legal e abrangem os estados do Amazonas, Amapá, Mato Grosso, oeste do Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, possuindo cerca de 3.648.000 km² ou 364.800.000 de hectares.²⁴

Segundo dados do IBGE reproduzidos nos relatórios da organização não-governamental Terrazul, que faz estudos ambientais, a região abriga atualmente cerca de 21 milhões de brasileiros, população que aumenta a taxas duas vezes maiores que a média do país. As necessidades crescentes desses moradores são um dos fatores que alimentam a vida econômica nas bordas da Amazônia. Cada um dos 750.000 pequenos agricultores queima e desmata entre um e três hectares de floresta por ano. O que eles produzem é suficiente para a subsistência; a sobra é vendida aos moradores das regiões interioranas e protegidas da floresta.²⁵

Esse exército de pequenos agricultores é apenas um dos focos de tensão. A oeste, a suposta atividade guerrilheira (das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as Farc) e o narcotráfico estão sendo enfrentados pelo governo brasileiro com o aumento do contingente militar na região. Ao norte, a situação parece melhor do ponto de vista ambiental, mas o conflito entre índios e produtores rurais em Roraima é uma séria questão social.

²⁴ Instituto de Pesquisas Amazônicas, www.bdt.fat.org.br/publicacoes/padct/bio/cap12/amazonia.html. Acessado em 23/03/2005.

²⁵ www.terrazul.org.br. Acessado em 23/03/2005.

Segundo o relatório de estudos ambientais feito em 2002 pela organização não-governamental Amazônia, publicado na *Veja on-line*, “o mais novo foco de pressão sobre a região altera o modelo tradicional de desmatamento. Seu epicentro é na fronteira sul, e chama-se soja”.²⁶ Para entender o poder de avanço desse fenômeno, é preciso retroceder aos anos 70. Naquela década, o sistema ecológico que ocupa áreas ao sul da floresta amazônica – o cerrado – era quase um deserto despovoado.

A Belém-Brasília era então apenas um risco vermelho na mata, um traço na extensão verde do continente perdido. Apenas um ou outro caminhoneiro mais ousado se aventurava pelos caminhos ermos. Mais tarde, a estrada poeirenta torna-se um eixo de avanço do progresso rumo ao norte do país. O cerrado produz cerca de 50% de toda produção nacional de soja, alcançando médias de rendimentos superiores a dos estados do sul e a nacional. Possui ainda 41% do gado de corte do país. A área plantada com o grão no Mato Grosso aumentou 400% desde 1990. A soja chegou ao estado no fim da década de 70 e foi, inicialmente, cultivada em áreas desmatadas no cerrado perto de Cuiabá. Em linha reta, em vinte anos, a soja avançou 500 quilômetros na direção da floresta, ao norte. "A soja tem o poder de expandir a fronteira porque os produtores estão capitalizados e querem aumentar as lavouras", explica João Paulo Capobianco, secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.²⁷

Nas frágeis e porosas fronteiras, a Amazônia está sendo desmatada em um ritmo superior ao das agressões ocorridas no seu interior. De 1990 a 2002, cerca de 22 milhões de hectares de floresta foram derrubados, área equivalente aos territórios somados da Bélgica, Dinamarca, Holanda e Portugal. Mais de 70% de tudo o que a floresta perde a cada ano é arrancado das bordas. Capobianco afirma que as estimativas de desmatamento da

²⁶ www.veja.abril.com.br/idade/exclusivo/amazonia/contexto_perspectivas.htm. Acessado em 3/05/2005.

²⁷ www.vejaonline.com.br/abril/2003. Acessado em 05/04/2005.

Amazônia em 2004 sejam de cerca de 23.100 a 24.400 km² até o mês de agosto – considerando-se apenas as áreas mais críticas da região.²⁸

É neste contexto de disputas por terras e riquezas provenientes da exploração da madeira, da plantação da soja, da extração da borracha e do minério presente na região que Dorothy Stang chegou ao Pará. Vivendo no Brasil desde 1982, ela defendia o meio ambiente e os direitos dos trabalhadores rurais.

²⁸ www.riosvivos.org.br. Acessado em 17/04/2005.

Capítulo 3 –

A missionária – uma ameaça?

A religiosa Dorothy Mae Stang, 73 anos, integrava a Comissão Pastoral da Terra (CPT) – entidade ligada à Igreja Católica, criada em 1975 –, com forte participação nos casos de denúncias de trabalho escravo nas grandes fazendas do norte do país. Por essa atuação, pelo seu empenho na defesa dos povos mais carentes, a missionária ficou conhecida na Região Sudoeste do Pará. Há algum tempo, Dorothy participava e apoiava o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) junto aos camponeses e posseiros.

Há quatro anos, a missionária denunciava às autoridades do Pará as ameaças que sofria de fazendeiros e madeireiros da região de Altamira. Mas, segundo o *Estado de S. Paulo*, ao invés de receber proteção, foi indiciada pela polícia, que a acusou de fornecer armas e comida para um grupo de trabalhadores rurais envolvidos na morte de um segurança que prestava serviço a um fazendeiro de Anapu, no ano passado.²⁹ Três dias antes de ser alvejada pelas costas, Dorothy conversara com o ministro da Secretaria de Direitos Humanos Nilmário Miranda, e com autoridades do Pará. Disse-lhes que as ameaças de morte começaram depois de suas denúncias de extração ilegal de madeira. A imprensa nada divulgou na época, mas foi rápida em confirmar a reunião com as autoridades depois do assassinato da freira.³⁰

Stang trabalhava junto às pequenas comunidades pelo direito à terra e pela exploração sustentável da Amazônia; defendia ainda a população mais pobre e mais vulnerável às ações de grileiros. Esses seriam os motivos pelos quais Dorothy teria gerado algumas inimizades. Quando assassinada, a ativista encontrava-se a 40 km de Anapu.³¹ Ela

²⁹ *O Estado de S. Paulo*, edição de 12/02/2005.

³⁰ *Idem*, edição de 14/02/2005

dirigia-se para o PDS Esperança, onde participaria de reunião com líderes locais e técnicos do Incra. Uma das questões mais intrigantes é a forma como a missionária foi morta. Dorothy jamais andava sozinha. Naquela tarde, ela seguia em companhia de apenas um posseiro.

A total ausência do Estado numa das áreas mais violentas do Brasil propiciou aos pistoleiros e aos mandantes do crime a certeza da impunidade. Alvejada por seis tiros, Dorothy havia dito semanas antes, em entrevista a canais de televisão, que não tinha medo de ser assassinada porque ninguém teria coragem de tirar a sua vida.

O jornal russo *Pravda*,³² na versão em português, publicou artigo do deputado João Batista Babá, do PSOL, onde este afirma que ao invés de proteger a floresta, suas reservas e o seu maior patrimônio – as populações tradicionais, índios, caboclos, etc. –, o Governo Federal incentiva o setor privado a explorar de forma indiscriminada os produtos florestais, intimidando a população de regiões inteiras para se locupletarem dos bens naturais, espalhando o terror e a violência”.

Em princípio, qualquer menção ligando Dorothy a Chico Mendes não seria gratuita. Os dois tornaram-se conhecidos internacionalmente por suas lutas na Amazônia legal. Aliás, muito mais conhecidos no exterior que no Brasil. Lúcio Flavio Pinto, jornalista do *Jornal Pessoal*, de Belém, afirma que a morte de Chico Mendes no Acre ajudou o estado a conter a onda de crescimento de pastos. Seu assassinato ainda é lembrado por aquelas paragens e no país todo. Já no Pará, líderes foram mortos e já esquecidos. Lúcio Flávio finaliza: "está mais do que evidente que o Pará não é o Acre e Dorothy não é Chico Mendes. Os espaços são distintos, assim como os tempos são outros".³³

³¹ Localidade elevada à categoria de Município e Distrito pela Lei Estadual nº 5.929, de 28 de dezembro de 1995, desmembrado dos municípios de Pacajá e Senador José Porfírio, sendo o município instalado em 1º de janeiro de 1997.

³² port.pravda.ru/brasil/2005/02/20/7241. Acessado em 01/05/2005.

³³ Informação do site do jornalista Lúcio Flávio Pinto, www.igutenberg.org/jj343x1.html. Acessado em 03/03/2005.

O Acre é um estado com incidências graves de conflitos e também possui uma bela história no contexto de lutas em prol das florestas. Chico viveu e morreu em defesa dela e dos seringueiros. Recebeu, em 1987, em Birmingham, Inglaterra, o prêmio *Global 500* – concedido anualmente pela ONU às pessoas que se destacam na luta pela preservação do meio-ambiente em todo o mundo. Foi o reconhecimento ao seu trabalho pela criação das reservas extrativistas para os índios, seringueiros e castanheiros da Amazônia.

Dorothy era reconhecida pela atividade constante de conscientização da exploração sustentável e do não-desmatamento. Ela e Chico tinham um ideal similar. Ele queria ver a reserva dos seringueiros criada, mas morreu antes de realizar o sonho. Ela conheceu essas reservas, mas não pôde ver o Projeto de Desenvolvimento Sustentável tomar força, tornar-se realidade e progredir.

Capítulo 4 –

A imprensa chega ao local

A história da cobertura das ações governamentais na região de Anapu começa quando os primeiros rumores sobre a morte da missionária surgem. Fotógrafos e imprensa em geral dirigiram-se à estrada onde jazia Dorothy, assassinada há algumas horas. O corpo da mulher, molhado pelas chuvas tropicais que desabam diariamente naquela região, foi intensamente mostrado nos noticiários do dia 13 de fevereiro de 2005, e também dos 20 dias seguintes. O sangue de origem norte-americana da missionária, derramado por seus algozes, não seria tão facilmente esquecido. A imprensa, indiscreta e sensacionalista, repetiria esse detalhe, e também as imagens, durante dias seguidos.

Choca o ser humano mais sensível o tipo de cobertura dada ao caso Dorothy Stang. As folhas de jornais, *sites* e televisões mostraram em primeiro plano o corpo da missionária. Ainda mais pela forma como foi morta. Primeiro, por ser uma mulher; segundo, idosa; terceiro, religiosa.

No princípio não foram narradas as histórias de vida e luta da missionária. Os veículos de comunicação traziam em seus *leads* a mesma ladainha. Por exemplo, a *Folha de S. Paulo* do dia 13 de fevereiro: “missionária norte-americana Dorothy Stang, 73 (...) assassinada ontem com três tiros em uma provável emboscada (...), localizada no município de Anapu, no Pará, próximo de Altamira (a 777 km de Belém)”. Nos dois dias seguintes, o mesmo jornal trouxe uma série de fotos da religiosa em vários momentos da sua vida, e as últimas eram sempre a macabra seqüência de imagens dela já morta.

Um artigo de Muniz Sodré publicado no *site* do Observatório da Imprensa,³⁴ em 22 de fevereiro, fala sobre a função do jornalismo. Afirma que com a fragmentação do noticiário nas edições televisivas e jornalísticas, fica difícil estabelecer a conexão entre um

³⁴ SODRÉ, Muniz, “O espetáculo chegou a Anapu, PA”, www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br. Acessado em 25/02/2005.

acontecimento e outro; essa conexão é o que transforma o acontecimento em fato social. Sodré diz ainda que o que o jornalismo propicia é o conhecimento do fato. E neste caso, a morte de Dorothy era o fato. No entanto, não havia conhecimento da luta da missionária. Os jornais especulavam sobre as razões de sua morte e mostravam que o Estado chegara ao local rapidamente.

Fatos são essenciais para uma cobertura jornalística impecável, e eles devem ter sempre um peso correspondente à sua real significância. As notícias devem ser objetivas, imparciais e neutras – o quanto possível. A cobertura do caso Stang teve como mola mestra a nacionalidade estrangeira da religiosa, intensamente citada nas matérias.

Contudo, o jornalismo contemporâneo ficou muito previsível. No mesmo artigo, Sodré afirma que a função precípua do jornalismo é instaurar relações de causalidade entre os acontecimentos de modo a elucidar as condições de passagem do imprevisível ao previsível.

A cobertura de crimes com a dimensão do de Dorothy remetem o leitor à sensação de que nada mais acontece no planeta a não ser aquele fato. Neste caso, páginas e páginas foram dedicadas ao assunto, durante dias seguidos. O governo mobilizado para atuar e a galeria de imagens mostrada pela mídia revelavam aos brasileiros uma avassaladora pintura da senhora morta. Os informativos falavam da busca incansável dos assassinos. Os jornais *on-line* estavam atentos e atualizavam seus informativos a cada novo acontecimento. Com tão ampla cobertura, o governo entendeu que a partir daquele instante seriam necessárias ações repressivas e também justiça naquela terra sem lei. Dias e mais dias de manchetes apareceriam nos jornais impressos, na TV e na Internet.

Dos jornalistas enviados ao Pará especialmente para cobrir o caso, *O Estado de S. Paulo* tinha dois repórteres e *O Globo*, um jornalista, mas somente nos primeiros dias de cobertura. A *FolhaNews* de Belém manteve uma pessoa no caso, mas na maior parte das

matérias usou como fonte a Agência Brasil. O *Correio Braziliense* enviou um repórter, e *O Liberal*, que estava em território próprio, também utilizou informações da Agência Brasil e do Portal Terra. Um verdadeiro exército midiático foi mobilizado para cobrir o desenrolar do caso Dorothy Stang. Os noticiários não perdiam um ato sequer. O governo passou a ganhar linhas e mais linhas de matérias. Depois do assassinato, as polícias Federal e Civil, responsáveis pela elucidação do caso, tiveram suas ações monitoradas pela imprensa. O Governo Federal, pressionado, entendeu que era hora de agir e divulgar para a mídia os novos programas e pacotes emergenciais a serem implantados no Pará.

Neste ponto, pergunto: as autoridades agiam porque a mídia ali estava a reportar os últimos acontecimentos, ou a imprensa noticiava amplamente o caso porque o governo passou a agir?

Capítulo 5 –

O Pará sob os holofotes – por que tantas luzes?

O que Dorothy Stang buscava só foi alcançado depois de sua morte: despertar a atenção do Brasil e do mundo para a situação das terras de população rarefeita da Amazônia, onde poucos fazendeiros e empresários tomam conta de tudo. Chico Mendes já havia conseguido mostrar um pouco a cara humana do Norte. Depois de silenciado, ficaram para a história apenas seu nome e sua luta, ainda desconhecidos por muitos brasileiros.

A região onde Stang morava e trabalhava fica na Mesorregião Sudoeste do Pará, conhecida também como Terra do Meio – local onde as pessoas são obrigadas a conviver com o descaso do Estado para seus problemas sociais. Doenças, desmatamentos desmedidos, garimpos ilegais, crimes realizados por encomenda, grilagem e trabalho escravo são alguns deles.

O Ministério do Trabalho, em lista divulgada no *site* da Inspeção do Trabalho, mostrou que o Pará é recorde em números de pessoas libertadas dos trabalhos considerados degradantes. A última contagem indicava 360 pessoas retiradas de 11 fazendas.³⁵

A imprensa nacional cobriu amplamente o caso Stang. Depois de alguns dias de cobertura, não mais estava apenas o assassinato em foco. No decorrer dos acontecimentos, os veículos de comunicação perceberam que seria interessante mostrar também os inúmeros conflitos ocorrentes na Terra do Meio.

A imprensa internacional pegou carona; enfatizou para o mundo a ausência de lei no estado do Pará. Afirmou que Dorothy era uma religiosa tranqüila, embora lutadora

³⁵ Relatório de Inspeção do Trabalho, atualizado em fevereiro de 2005, www.mte.gov.br. Acessado em 12/05/2005.

ambientalista e devotada às causas dos posseiros e extrativistas, e também propagadora da consciência social.³⁶

Segundo o *JB Online* de 3 de abril, o crime repercutiu no exterior, e o FBI, a polícia federal estadunidense, enviou três agentes ao Pará com o intuito de acompanhar o caso.³⁷ A pressão internacional estaria a forçar o governo a tomar uma atitude. Pacotes emergenciais já lançados não eram suficientes para minguar a sede de notícias da imprensa nacional e estrangeira.

A imprensa internacional

A imprensa internacional também deu muita atenção ao caso Dorothy Stang. Veículos, principalmente norte-americanos, noticiaram a morte da missionária e fizeram críticas ao governo brasileiro. De acordo com o *clipping* do Ministério do Planejamento, o *Los Angeles Times* de 14 de fevereiro afirmou em suas linhas editoriais que, segundo ambientalistas e ativistas de direitos humanos, o Pará é uma região que vive uma crescente anarquia.

O *New York Times* do mesmo dia destacou em matéria de página inteira, na seção internacional, que a freira tinha relações tensas com a polícia local, que via nela uma agitadora social. Noticiou ainda que Dorothy teria sido detida certa vez “sob a suspeita de incitar violência e fornecer armas a grupos camponeses”. Afirma ainda que ela não podia contar com a proteção da polícia, e que sua morte seria percebida como um desafio às autoridades. O *Miami Herald* publicou a mesma notícia em sua primeira página. Era o início de uma série de reportagens estrangeiras sobre o caso.

³⁶ Por exemplo, artigo de Larry Rohter publicado no *New York Times*, reproduzido no www.forum.direitos.org.br/?q=filestore/download/2895. Acessado em 03/03/2005.

³⁷ www.jbonline.terra.com.br. Acessado em 14/04/2005.

O jornal britânico *The Independent* afirmou que o assassinato “lançou luz novamente sobre o fracasso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para acabar com extração ilegal de madeira”. O jornal chamou Dorothy Stang de mártir da Amazônia e afirmou que o assassinato ressalta um problema para o governo brasileiro.³⁸

Em manchete do dia 03 de março, o *The New York Times* declarava que grileiros quiseram mostrar força. Seu editorial afirmava: "o assassinato da freira americana Dorothy Stang não é só um crime terrível, mas um recado dos grileiros ao governo". Segundo o jornal americano, os grileiros quiseram mostrar que comandam o Pará, mas o governo brasileiro teria respondido com determinação ao crime.³⁹

Neste ponto, o grande questionamento é se o governo brasileiro teria agido apenas em função da pressão dos veículos de comunicação.

A revista britânica *The Economist*, leitura obrigatória dos empresários europeus, na edição de 17 de fevereiro também definiu a missionária como “mártir da Amazônia”, dizendo que ela queria ajudar os povos da região. “Irmã Dorothy ficou amiga da floresta, de sua vida selvagem e, principalmente, dos migrantes pobres buscando uma vida melhor na Amazônia.” Em suas páginas, afirma ainda que a religiosa teria virado inimiga de madeireiros e grileiros, para quem a natureza e os pobres são um empecilho.⁴⁰

O governo ainda receberia muitas críticas da imprensa internacional e, pressionado pela opinião pública, desencadearia uma série de ações para a rápida resolução do crime. No entanto, a questão dos PDSs continuaria irregular. Com o conhecimento dos órgãos fiscalizadores, o projeto de desenvolvimento e extrativismo sustentável não sai do papel. Estradas não são abertas, e não há incentivo para os pequenos agricultores se organizarem em

³⁸ Clipping do Ministério do Planejamento de 15/02/2005, www.planejamento.gov.br. Acessado em 18/04/2005.

³⁹ Segundo *O Globo*, edição de 03/03/2005, www.oglobo.globo.com. Acessado em 05/04/2005.

⁴⁰ www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/02/050217_economist.htm. Acessado em 30/04/2004.

cooperativas. Empresas com projetos de manejo florestal não conseguem manter seu planejamento; a grande exploração de madeireiros clandestinos faz com que a concorrência se torne desleal. Com isto, essas empresas que fazem projetos de assentamentos para o Incra não conseguem se manter no mercado e, por conseguinte, não levam adiante o planejamento de assistência social.⁴¹

⁴¹ Tomo por base entrevista realizada por mim a 12/05/2005, em Belém, com uma coordenadora de projetos de assentamentos e mapeamentos de desmatamento na Amazônia. Pelo bem-estar da entrevistada, não posso revelar o seu nome e nem o local onde trabalha.

Capítulo 6 –

O governo começa a agir

Logo depois de os veículos de comunicação invadirem o Pará, o governo começa a se preocupar com a situação local. O volume de publicações sobre Dorothy e sobre as ações governamentais, precárias na região, demanda ações imediatas do Estado.

Muniz Sodré, no artigo escrito para o *site do Observatório da Imprensa*, afirma que a morte de alguém cujo nome é estrangeiro faz maior pressão para que ações de repressão e punição sejam efetivamente realizadas. Ele afirma ainda que o governo dá licenças para o “estupro” da terra e das matas, ou seja, permite que se acabe com a natureza; no entanto, não se deve matar ninguém. Sodré ironiza: “ou pelo menos alguém com nome equivalente a Dorothy Stang”. Sim, porque as notas oficiais referem-se às “demais mortes”. O incômodo é gerado pelo fato de que as outras pessoas assassinadas não tinham nomes em inglês para serem destacados.⁴²

Não há meios de se acreditar que preocupações temporárias e ações esporádicas em uma comunidade acostumada com a violência resolvam o problema. Tropas, policiamento precário ou “pacotes ambientais” não resolvem conflitos existentes há décadas.

Anapu, durante muito tempo, era conhecida apenas por colonos ali assentados pelo Incra nos anos 70. A cidade surgiu com a construção da Transamazônica. O projeto de ocupação dos militares fracassou, e junto com aqueles colonos, Anapu também foi esquecida. No fim dos anos 90, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foram anunciadas duas medidas de impacto naquela região: a pavimentação da esburacada e barrenta Transamazônica, e a implantação da hidrelétrica de Belo Monte. Anapu era a cidade mais próxima de Belo Monte, e possuía cerca de nove mil habitantes. A cidade cresceu em função

⁴² SODRÉ, “O espetáculo chegou a Anapu, PA”, já mencionado.

da usina; começaram a desembarcar nordestinos desempregados e grileiros que queriam tomar as terras prestes a valorizarem.⁴³

Dois dias após o homicídio de Stang, a Ordem dos advogados do Brasil (OAB), em nota à imprensa, sugeriu que o governo criasse uma força-tarefa para agir no Pará, pois aquele é um estado conflagrado pelo conflito agrário. Um fragmento da nota: “[uma força-tarefa] antes que aquela região se transforme numa versão cabocla da faixa de Gaza – território palestino ocupado por forças israelenses desde 1967. O contencioso fundiário do Pará – e da Amazônia como um todo – não é caso de polícia. É questão de Estado”.⁴⁴

Na manhã do dia 15 de fevereiro, oito ministros se reuniram com o governador paraense, Simão Jatene, para tratar do assassinato de Dorothy Stang e dos conflitos fundiários no estado. Participaram os ministros José Dirceu (Casa Civil), Marina Silva (Meio Ambiente), Márcio Thomaz Bastos (Justiça), Nilmário Miranda (Direitos Humanos), Ciro Gomes (Integração Nacional), Miguel Rosseto (Desenvolvimento Agrário), Luiz Gushiken (Secretaria de Comunicação), e o general Jorge Armando Félix (Gabinete de Segurança Institucional).⁴⁵

O presidente da OAB, por meio da nota divulgada na imprensa, afirmou que a ação federal não deve se limitar aos aspectos policiais do assassinato da freira Dorothy Stang. A proposta era que a ministra do Meio Ambiente comandasse pessoalmente os esforços do governo, permanecendo no local, e que participassem ainda o Incra, a Polícia Federal e a Advocacia-Geral da União, entre outras entidades, a fim de “destrinchar todo o imbróglio jurídico-fundiário que está na base do conflito fundiário que se arrasta há décadas”.

⁴³ *Época*, edição de 21/02/2005.

⁴⁴ Nota da OAB, reproduzida em www.primeiraleitura.com.br/auto/leia.php?id=40035. Acessado em 21/04/2003.

⁴⁵ www.jbonline.terra.com.br. Acessado em 03/03/2005.

Dez dias depois do assassinato de Dorothy, o *Correio Braziliense* publicou uma matéria onde o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirma que os culpados pela morte da religiosa foram os madeireiros. Lula completa: “a morte da freira e de sindicalistas no Pará não foi por acaso e é importante que o povo compreenda. Foi uma atitude pensada por alguns empresários do setor madeireiro e eles não estão satisfeitos com o que estamos fazendo no Pará.”⁴⁶

Lula se referia ao desembarque de tropas militares na região, à investigação avançada e rápida da morte da missionária, e ao “Pacote Verde” – programa que tem por objetivo a criação de cinco unidades de preservação na Região Amazônica e a interdição de oito milhões de hectares de reservas florestais. Uma outra ação governamental – a campanha de desarmamento da população –, iniciada em 3 de março, se olhada pelo ponto de vista social daquela terra, é controversa. Camponeses, posseiros e gente comum em geral necessitam de suas espingardas de caça e seus revólveres. Há ali, como já citado, grileiros e pistoleiros a serviço de grandes empresários.

Em detrimento de outros casos, a mídia e órgãos governamentais se voltaram para a solução do caso Dorothy. O *Estado de S. Paulo* de 3 de março noticia que as polícias Federal e Rodoviária Federal haviam iniciado uma operação de desarmamento e repressão ao corte geral de madeiras e ao narcotráfico em 12 municípios do Pará. Participam da operação, chamada de “Pacificação”, 60 homens da PF e 30 da Rodoviária Federal. Até então, já tinham sido presas três pessoas com mandado de prisão decretado pelas justiças Federal e Estadual. O superintendente da PF no Pará, José Ferreira Sales, ressaltou que a operação já estava planejada antes mesmo do assassinato da missionária Dorothy Stang. Ele explicou que a operação só não foi deflagrada antes porque a polícia não tinha pessoal e nem recursos para executá-la.⁴⁷

⁴⁶ *Correio Braziliense*, edição de 22/02/2005.

Segundo as declarações do superintendente, não havia dinheiro para a ação, mas pelo caso envolver uma cidadã de origem norte-americana, entende-se que os poucos recursos que possui a polícia são liberados apenas quando um estrangeiro morre em terras brasileiras. Ou se pode imaginar que os recursos não são tão escassos, mas que apenas são disponibilizados nos casos mais convenientes para o Brasil. Essas considerações me remetem a uma das questões iniciais deste estudo. O fato do crime envolver uma cidadã estrangeira faz com que as investigações andem mais rápido.

Isto confirma ainda a versão de que outros crimes na região não são considerados de tamanha importância. A grilagem de terras envolve muita gente, dentre elas pessoas que servem a comunidade. A suposta corrupção dos cartórios seria fundamental, assim como a conivência de órgãos federais e estaduais, a inoperância da justiça e a pistolagem escancarada garantem então o crime.⁴⁸

A mídia noticia sem parar. *O Estadão* trouxe em 3 de março, em seu jornal *Online*, 19 matérias sobre o caso Dorothy Stang. Mas as crônicas das mortes anunciadas começaram logo após o homicídio. A OAB, no dia 23 de fevereiro, em matéria publicada no *O Estado de S. Paulo*, denuncia que estariam marcados para morrer o padre francês Henri Roziers, e José Batista Gonçalves Afonso, o advogado que elabora as listas da Comissão Pastoral da Terra. Ambas as ameaças teriam sido denunciadas anteriormente, mas as autoridades nada fizeram.⁴⁹

Uma das ações mais comentadas nas edições daquele dia foi a declaração do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix, que admitiu, na véspera, que a Região Amazônica não tem recebido a devida atenção nos últimos anos. "Os governos, todos os governos, ao longo do tempo têm

⁴⁷ *O Estado de S. Paulo*, edição de 23 de fevereiro de 2005.

⁴⁸ *Idem*.

⁴⁹ *Ibidem*.

ficado ausentes da área", disse ele ao desembarcar em Altamira para instalar na cidade o escritório do Gabinete de Gestão Integrada (GGI).

A presença do Exército no Pará foi ampliada. Em 2 de março, as tropas militares somaram mais 200 homens.⁵⁰

O fim de fevereiro e o início de março foram de grande repercussão do caso Anapu. Observou-se o maior número de matérias nesse período, bem como a presença do governo percebida nessa época. Em 24 de fevereiro, o ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rosseto, em entrevista ao *Correio Braziliense* pouco antes de se deslocar para o Pará, reconhece que a região é conflituosa e que a morte da freira seria uma reação dos setores que sempre se beneficiaram das irregularidades nas questões fundiária e madeireira. Ao contrário de todas as matérias publicadas anteriormente, o ministro diz que o fato de Dorothy ser norte-americana não teria influenciado nos desdobramentos das investigações. Logo na seqüência, o ministro afirma que o fato criara um cenário que obrigou o Estado a usar toda sua responsabilidade e competência para impedir a escalada da violência. Ora, nem todo mundo sabe, mas o Pará já possuía altos índices de violência. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o estado lidera o *ranking* dos mais violentos do país. De 1985 a 2003, o Pará apresentava 327 casos envolvendo 521 homicídios; destes, teve somente dez levados a julgamento. Cinco mandantes e oito executores foram condenados. Naqueles anos, foram absolvidos 10 executores.⁵¹

Depois do Pará, os estados líderes em violência são o Maranhão, a Bahia, o Mato Grosso, Minas Gerais e Pernambuco.

Para comprovar ainda mais o supracitado, há 20 anos, completados em 14 de abril, uma outra freira era assassinada no Pará – a irmã brasileira Adelaide Molinari. Em 1985, ela se despedia do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eldorado dos

⁵⁰ *O Estado de S. Paulo*, edição de 02/03/2005.

⁵¹ Comissão Pastoral da Terra, Relatório de 2003, Pará. *IstoÉ*, edição de 23/02/2005.

Carajás – cidade que em 1996 seria conhecida pelo massacre dos sem-terra –, quando um pistoleiro disparou contra os dois. Apenas a freira morreria. O presidente do sindicato, Delcídio Ferreira, seria morto em 1992. Até hoje o assassino da religiosa não foi responsabilizado. Quando julgado na cidade de Curionópolis, fundada por uma das personagens mais controversas da Guerrilha do Araguaia, o capitão Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, o pistoleiro foi absolvido ao negar seu envolvimento com o caso. As 1.500 pessoas que assistiam ao julgamento protestaram; várias delas o haviam reconhecido. De nada adiantou, e duas décadas depois, ninguém ainda pagou pela morte da freira brasileira. Talvez se a imprensa, à época, tivesse noticiado amplamente o assassinato e a vítima fosse estrangeira, já teria ido para a cadeia o pistoleiro José de Ribamar.⁵²

Ainda na questão das crônicas de mortes anunciadas no Pará, segundo a revista *IstoÉ*, a CPT já havia divulgado uma lista com 161 nomes de pessoas marcadas para morrer. O frei Henri, um dos ameaçados, diz que o maior problema da região é a impunidade.⁵³

Um exemplo disso é o caso do massacre dos sem-terra em Eldorado dos Carajás, em abril de 1996. Alguns grupos teriam encomendado a morte daqueles sem-terra; quando estes invadiram o acampamento cheio de soldados, foram mortos. Dezenove homens perderam suas vidas; 146 policiais militares participaram da chacina, mas apenas dois deles foram condenados.⁵⁴

A seguir, sugiro que a imprensa influencia o desenrolar de alguns casos por meio de uma cobertura intensa. Em 11 de junho de 1987, o advogado e ex-deputado Paulo Fonteles de Lima, líder da luta pela reforma agrária no Pará e dirigente regional do PCdoB, foi assassinado em um posto de gasolina. Lúcio Flávio Pinto, recém-saído de *O Estado de S.*

⁵² *IstoÉ*, edição de 23/02/2005.

⁵³ *Idem.*

⁵⁴ *Ibidem.*

Paulo e hoje editor do *Jornal Pessoal* em Belém do Pará, fez uma mega-investigação recompondo todo o cenário da morte de Fonteles. Entregues as informações levantadas para a editora de *O Liberal*, Rosângela Maiorana Kzan, a mesma considerou o material “impressionante”, mas apontou suas inconveniências. Lúcio Flávio denunciava as pessoas mais ricas do Pará: Joaquim Fonseca, que se dizia o maior armador fluvial do mundo, e Jair Bernardino de Souza, da Belauto, a maior revendedora de automóveis do estado. Rosângela disse que não poderia publicar porque citava dois dos maiores anunciantes do jornal. Para que Lúcio Flávio Pinto fizesse esta denúncia e outras como a de corrupção no Banco da Amazônia (BASA), ele criou o *Jornal Pessoal*, um veículo de comunicação alternativo, hoje com 18 anos de existência. E foi por meio dele e da pressão dos familiares e amigos de Paulo Fonteles de Lima que a justiça condenou os mandantes do crime. Embora o crime por encomenda não seja propriamente uma coisa nova naquele estado, o assassinato de Fonteles, que acabara de deixar seu cargo de deputado estadual para alçar vôo à Câmara Federal, seria o primeiro crime político cometido nos limites da capital paraense. Nesse caso, a imprensa local foi omissa – protegeu, por interesses próprios, pessoas acusadas de estarem envolvidas em um homicídio.⁵⁵

Anos depois, *O Liberal*, a despeito de ser o jornal mais lido da região, trata o caso Dorothy Stang com uma certa distância. Informa exatamente o que os outros jornais dizem. Em 28 de março, *O Liberal* faz uma retrospectiva sobre o caso Stang, e afirma: “o Bida, que se entregou em Altamira, está sendo trazido para Belém, de avião, por agentes da Polícia Federal”. A matéria, além de não dar atenção à gramática, não comenta se é em avião do governo ou em vôo comercial. O conteúdo é sem compromisso. A que senhor serve a Organização Rômulo Maiorana, cuja diretoria já processou cinco vezes o editor do *Jornal Pessoal*, Lúcio Flávio Pinto?

⁵⁵ www.abi.org.br/primeirapagina.asp?id=954. Acessado em 27/04/2005.

Dois ou três dias após o assassinato de Dorothy Stang, o Governo Federal começou a atuar. O Exército organizou o envio dos cerca de dois mil militares para a região.

Em apenas uma semana, a 19 de fevereiro, o agricultor Amair Feijoli da Cunha, de 37 anos, conhecido como Tato, acusado de ter intermediado o crime, entregou-se à polícia paraense. Nos dois dias subseqüentes, os suspeitos de serem os autores dos disparos, Rayfran das Neves Sales, o Fogoió, e Clodoaldo Carlos Batista, conhecido como Eduardo, foram presos na região de Altamira, cidade vizinha a Anapu. Uma ação bastante rápida realizada pelas polícias do estado, uma vez que a maior parte das investigações não se desenrolam de forma tão eficaz naquela região, com muitos dos crimes permanecendo sem solução.⁵⁶

Folha de S. Paulo, 3 de março: o deputado Jader Barbalho é acusado pelo administrador de uma fazenda no Pará de participar do esquema de extração ilegal de mogno no estado. A partir desse dia, o governo teria de despender mais esforços na investigação de personagens políticas. O prefeito de Anapu, Luiz dos Reis Carvalho, seria acusado por um dos pistoleiros de ser um dos envolvidos no crime. Luiz não possuía o registro dos 100 hectares de sua posse em Anapu. O outro acusado foi o sindicalista Chiquinho do PT.

O *Correio Braziliense* de 1º de abril, depois de acompanhar a audiência de Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, preso em 27 de março, publicou que seis semanas antes de morrer, Dorothy Stang denunciou às autoridades do Pará que Vitalmiro estaria coagindo e assustando as pessoas de Anapu. Um documento assinado pela freira dizia ainda que o fazendeiro teria queimado pequenas propriedades rurais na região. Ele, principal suspeito de mandar matar a missionária, se entregou à polícia mais de um mês e meio após começar a ser procurado.⁵⁷

⁵⁶ www.estadao.com.br/agestado. Acessado em 19/02/2005.

⁵⁷ *Correio Braziliense*, edição de 01/04/2005.

Quase um mês e meio após a morte de Stang, o assunto continua no ar, mas já enfraquecido. Os jornais começam a fazer retrospectivas do caso. *JB Online* de 03 de abril: “no dia seguinte ao crime, a Polícia Federal e a Polícia Civil do estado do Pará já possuíam o nome dos quatro suspeitos do assassinato”.⁵⁸

⁵⁸ www.jbonline.terra.com.br. Acessado em 03/04/2005.

Capítulo 7 –

A investigação e a força -tarefa – presença federal na Terra do Meio

Nos dias que se seguiram à morte de Dorothy Stang, a imprensa muitas vezes ficou perdida com tantas informações e contra-informações. As suspeitas recaíram sobre diversas pessoas e a cada nova pista os veículos, na sanha de um furo ou uma novidade, noticiavam mais o assunto.

Em 18 de fevereiro, a mídia e as polícias ainda não tinham certeza de quem eram os culpados pelo assassinato de Dorothy. Eram apontados Rayfran das Neves Sales e, equivocadamente, Uilquelano de Souza Pinto (ao invés de Clodoaldo Batista) como os autores dos disparos. Em 18 de fevereiro, *O Estado de S. Paulo* publicou matéria com a afirmação, feita por um agente da Polícia federal, de que os dois suspeitos estariam cercados na floresta, “a pé e sem condições de sustentar a fuga por muito tempo. A captura dos dois está próxima.” Nessa mesma matéria, constava a informação de que Vitalmiro de Moura Bastos, o Bida, seria o mandante do homicídio, mas que não se sabia o paradeiro do mesmo. Havia a suspeita de que ele e seu capataz, Amair Feijoli dos Santos, tivessem fugido de avião, decolando de uma pista clandestina de fazendeiros cúmplices.⁵⁹

A imprensa toda buscava informar cada passo da investigação policial. No dia 17 de fevereiro, *O Globo* noticiava que uma das linhas da investigação seriam as cartas da irmã para as autoridades paraenses. Numa delas, escrita oito dias antes de sua morte, Dorothy teria citado nome por nome os homens que a estariam ameaçando. Ainda no mesmo dia, *O Globo* noticiava as ações governamentais realizadas na região: o desembarque, via helicóptero, das Forças Armadas em Altamira; e o anúncio de que o Inbra iria apressar a

⁵⁹ www.estadao.com.br. Acessado em 18/05/2005.

reforma agrária na região, e de que as terras onde a missionária fora morta seriam as primeiras a serem desapropriadas.⁶⁰

Neste mesmo dia, os veículos de comunicação anunciavam a proposição do Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles, de federalizar as investigações do caso Stang. Fonteles, em entrevista para o *site* da Radiobrás (depois reproduzida em alguns dos veículos analisados neste estudo), afirmou durante audiência pública realizada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Terra que "[e]ste caso há de vir para a Federação, pois as ações do governo estadual do Pará não estão sendo efetivas".⁶¹

Como se pode perceber, os anúncios das ações governamentais destinadas à minimização dos problemas locais e à apuração dos fatos que desvendassem o crime começaram logo nos dias seguintes à morte da freira. A CPMI da Terra, já instaurada para apurar casos de grilagem no Paraná, começou a ajudar nas investigações e mandou quebrar o sigilo da conta bancária de Vitalmiro de Souza Bastos.⁶²

Em 18 de fevereiro, o *JB Online* publicou matéria sobre uma operação da Polícia Federal realizada no Tocantins. A operação "Terra Nostra", como foi chamada, investigaria um grupo de pessoas acusadas de grilagem de terras na região de Guaraí até Araguaína. O jornal afirma que a PF investigaria a possível ligação do caso ao assassinato da religiosa no Pará. Outra matéria do mesmo jornal e dia mostrou declarações do presidente da CPT, Dom Tomás Balduino. Ele dizia que a chegada das Forças Armadas na região era apenas um paliativo para o problema. A terceira e última notícia sobre o Pará no *JB* daquela data tratou do anúncio de medidas governamentais. A matéria informava que cinco dias após o assassinato da missionária, o governo anunciara um pacote de medidas para conter a violência no sul do Pará:

⁶⁰ Arquivo de *O Globo Online*, www.oglobo.globo.com. Acessado em 25/04/2005.

⁶¹ www.radiobras.gov.br. Acessado em 31/04/2005.

⁶² www.folhaonline.com.br. Acessado em 23/02/2005.

“Com seis decretos e uma medida provisória vai criar uma reserva ecológica de 3,3 milhões de hectares e áreas de proteção ambiental no estado. O Projeto de Lei de Concessão de Florestas permitirá a exploração de áreas públicas de forma sustentada. O desmatamento na região será proibido. Um gabinete provisório atuará no Pará para coordenar as ações federais.”⁶³

Neste picadeiro da informação desencontrada, muitas foram as versões sobre os motivos pelos quais a freira teria sido assassinada. Depois de alguns dias, os veículos de comunicação começaram a apresentar, além de matérias sobre o caso Stang, uma série de denúncias sobre outros assuntos ligados ao Pará.

A *Folha de S. Paulo* de 24 de fevereiro traz duas matérias que citam o nome do deputado Jader Barbalho. Acusações de envolvimento de Jader com a extração ilegal de mogno no estado e a provável indicação de assessores do deputado para a Sudam, em 1999. Uma matéria o acusa de ter indicado pessoas de sua confiança dentro da Superintendência para aprovar projetos cotados para receber cerca de R\$ 61 milhões. Dorothy Stang teria denunciado essa fraude, e nada teria sido resolvido. Os projetos teriam sido levados adiante somente no papel. A Sudam foi extinta em 2001, no governo Fernando Henrique, depois das várias denúncias de desvios de verbas públicas que, mais tarde, comprometeriam realmente o deputado Jader Barbalho e sua esposa. Na mesma época, ele também foi acusado de desvios de recursos do Banpará.⁶⁴

No mesmo dia, o jornal *O Globo* noticia que a Polícia Federal suspeitava de que madeireiros e grileiros houvessem criado um consórcio para encomendar a morte de Dorothy Stang. *O Liberal* do mesmo dia afirma que o suspeito Uilquelano de Souza era na verdade Clodoaldo Batista, preso no dia 23 de fevereiro, e que o tal consórcio renderia R\$ 50 mil para os pistoleiros. As investigações da Polícia Federal sobre a morte da missionária apontavam para a possibilidade de haver mais de um mandante do assassinato. Até aquele

⁶³ Arquivo do JB, www.jbonline.terra.com.br. Acessado em 27/04/2005.

⁶⁴ *Folha de S. Paulo*, edição de 24/02/2005.

momento, o único fazendeiro apontado como autor intelectual do crime era o Bida, ainda foragido.⁶⁵

Em ações paralelas, o governo, as Forças Armadas, as polícias e a imprensa agem em consonância. A mídia por enquanto não deixa o assunto esfriar. As polícias seguem pistas, as Forças Armadas realizam assistência cívico-social e o governo tenta mostrar serviço. A 4 de março, o procurador Cláudio Fonteles encaminhou ao Supremo Tribunal de Justiça o pedido de federalização do caso Stang. Fonteles, para justificar o pedido, afirmou que, no seu entendimento, houvera omissão das autoridades do estado ao lidar com o conflito fundiário na área, assim como para proteger as pessoas ameaçadas. Dessa forma, este caso reuniria os dois requisitos constitucionais necessários para que a competência fosse deslocada para a esfera federal: a grave violação de direitos humanos, e a necessidade de garantir que o Brasil cumpra os tratados internacionais de direitos humanos.⁶⁶

Em meio à investigação e denúncias da miséria e da situação problemática vivida pela população amazônica, a imprensa mostrava ainda a desavença entre integrantes do Poder Judiciário. O caso Dorothy, além de despertar a atenção para os conflitos de terra entre posseiros, colonos, grileiros e fazendeiros, apresenta ao público a briga de vaidades e de hegemonia pelo comando do caso Anapu. Nem o segredo de justiça decretado em meados do mês de janeiro fez com que a imprensa não noticiasse os desdobramentos das investigações. Enquanto isso, os poderes se engalfinhavam e os jornais vendiam. A tese da federalização do caso Stang logo ganhou um inimigo, o ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos. Ao tomar conhecimento do pedido de Cláudio Fonteles, o ministro afirmou para a imprensa que a justiça paraense atuava com eficiência na condução do caso e, por isso, não via razão para a transferência das investigações para a esfera federal. Segundo o *Estado de S. Paulo* de 4 de

⁶⁵ Arquivo de *O Globo*, www.oglobo.globo.com. Acessado em 01/05/2005. *O Liberal*, edição de 24/02/2005.

⁶⁶ Relatório da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças, de 04/03/2005, www.lead.org.br. Acessado em 23/04/2005.

março, a opinião do ministro era a mesma do Palácio do Planalto. No entanto, Fonteles não desistia da idéia. O ministro Márcio Thomaz Bastos chegou a afirmar que as forças de segurança enviadas para a região do conflito estavam prestes a desvendar a rede criminosa que planejara e financiara o assassinato da freira.⁶⁷ O pedido de sigilo de justiça fora feito pelo promotor de Justiça Fábio Brabo de Araújo, do Ministério Público Estadual, que disse ter agido em nome da força-tarefa formada para investigar o caso.⁶⁸

Depois da imprensa internacional desembarcar no Brasil e exportar para o mundo as matérias sobre o assassinato da “mártir da Amazônia”, mais três estrangeiros chegaram ao Brasil para pressionar o Governo Federal. O primeiro, David Stang, irmão da missionária, chegou ao País em 26 de fevereiro. Em entrevista coletiva no aeroporto de Altamira, David disse que as autoridades precisam proteger o povo e a floresta. Falou ainda da sua confiança nas investigações das polícias em Altamira, defendeu a federalização do caso e descartou a possibilidade de recorrer às autoridades norte-americanas para solucioná-lo. "Ela era antes de mais nada uma cidadã brasileira", declarou. Depois de ir a Belém acompanhar as investigações, David participou ainda de uma marcha realizada pelo Movimento dos Sem-Terra.⁶⁹ Os outros dois estrangeiros eram agentes do FBI, a polícia federal estadunidense, enviados pelo governo dos EUA para acompanhar as investigações do crime cometido contra uma cidadã nascida naquele país. A imprensa estava no encalço de todos.⁷⁰

⁶⁷ www.estadao.com.br. Acessado em 04/03/2005.

⁶⁸ *Jornal do Brasil*, edição de 23/02/2005.

⁶⁹ www.folha.com.br. Acessado em 04/04/2005.

⁷⁰ <http://www.estadao.com.br>. Acessado em 29/03/2005.

Capítulo 8 – O Exército, suas ações e alegorias

Com a grande repercussão do crime tanto no Brasil quanto no exterior, o governo resolveu enviar para a região as Forças Armadas. Por ser detentora de grande respeito por parte dos brasileiros daquela região, seria mais fácil desenvolver missões de cunho cívico-social naquela área carente.

A 21 de fevereiro, como em uma cena de filme de Hollywood, homens do Exército brasileiro saltavam de helicópteros barulhentos, armados e camuflados. Por determinação do presidente da República, o Exército fora empregado para desenvolver operações de garantia da lei e da ordem no estado do Pará. A missão seria desenvolvida em conjunto com os Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente, e de órgãos de segurança pública estadual. Uma ação nunca vista antes. Com tão grande contingente envolvido – na casa dos dois milhares –, o Exército não era mobilizado assim desde a Guerrilha do Araguaia. Foram enviados para o sudoeste do Pará os batalhões de Marabá, Manaus e Belém. O reforço seria feito pela Força Aérea Brasileira e o Batalhão de Aviação do Exército. Naquele instante, e por período indeterminado, começavam a ser realizados atendimentos médicos, dentários e sociais na Terra do Meio. São feitos também patrulhamentos para garantir a segurança das comunidades próximas a Anapu.⁷¹

Os jornais estampariam fotos dos servidores da pátria estendidos na grama maltratada de um campo de futebol da cidade de Anapu, com seus fuzis e roupas camufladas. A população parada assistia, sem entender, a cena de dramaturgia. Não havia uma guerra ali, não eram necessárias tais demonstrações de exercícios perfeitos para manobras de combate real. Era o início das ações do Exército naquele pedaço da Amazônia paraense.

⁷¹ www.exercito.gov.br/03Brafor/operacoes/pacaja/indice.htm. Acessado em 01/05/2005.

A presença das tropas militares nos primeiros dias de ocupação da área foi tranqüila. Nenhuma ocorrência local digna de nota. Sua presença era mais preciosa no auxílio à saúde.⁷²

Mas a imprensa queria movimento para noticiar. O jornal *O Liberal* de 3 de março relata que 2.120 homens do Exército patrulhavam, davam apoio logístico e segurança a equipes do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de delegacias regionais do trabalho, além das polícias Federal, e Militar e Civil do estado do Pará. Sabe-se que as ações desses órgãos são tradicionalmente falhas e insuficientes nas questões da Amazônia.⁷³

O Centro de Comunicação Social do Exército (Cecomcex) declarou neste mesmo dia que os militares atuavam em 18 localidades. Afirmou ainda: “o trabalho do Exército na região também inclui a prestação de serviços médicos e odontológicos à população de Anapu e de Novo Progresso. Em apenas dois dias, foram realizados 3.080 atendimentos em Novo Progresso”. Claro sinal de que a população local padece da falta de cuidados médicos.

De acordo com *O Estado de S. Paulo* de 3 de março, em Anapu aquele “foi o último dia em que a população receberia assistência dos médicos, dentistas, enfermeiros e farmacêuticos cedidos pelo Exército”. No município, foram então registrados 6.102 atendimentos desde o início das ações. Para dar mais segurança aos membros do GGI, o Exército decidiu aumentar o seu efetivo no Pará. Chegava a Altamira, naquele dia, mais uma Companhia de Infantaria de Selva, com 140 homens. Já estavam ali cerca de dois mil homens

⁷² <http://www.fab.mil.br/portal/imprensa/enotimp/2005/03-MAR/enotimp062.htm>. Acessado em 21/04/2005.

⁷³ *O Liberal*, edição de 3/03/2005. p. 8

e seis helicópteros do 4.º Batalhão de Aviação da Força. "Não há prazo para o Exército reduzir o seu efetivo na região", afirma a edição do *Estadão*.⁷⁴

As Forças Armadas dão o suporte técnico, fazem bloqueio de estradas, evacuações aeromédicas quando os casos de doenças são graves e continuam com as ações cívico-sociais. Em 30 de março, os atendimentos atingiriam a marca de 55 mil. Neste ponto, a mídia falhou e não mostrou as reais atividades do Exército na área. Em paralelo, o circo continuava. As polícias buscavam pelo fazendeiro Vitalmiro Bastos, indicado pelo autor dos disparos, Rayfran das Neves.

Em 9 de março, a mídia noticiou que o Ministério Público Estadual do Pará denunciara à Justiça do estado os quatro acusados de envolvimento no assassinato da missionária. Os quatro teriam, segundo *O Liberal*, de responder por homicídio qualificado, cuja pena é de 12 a 30 anos de prisão. Segundo o jornal, baseado no inquérito das polícias Civil e Federal, o promotor denunciou como executor do crime Rayfran das Neves Sales. Já Clodoaldo Carlos Batista – antes chamado pela imprensa e pela polícia de Uilquelano –, Amair Feijoli da Cunha, o Tato, e Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, foram denunciados como co-autores. O fazendeiro Vitalmiro, que se encontrava foragido, também é denunciado como o mandante do crime, e Tato, como intermediário.⁷⁵

Nesse mesmo dia, a *Folha Online* publicava a informação de que o Instituto Médico Legal de Belém atestara que o revólver calibre 38, achado no lote 55, foi o usado para matar a freira. Através de fragmento e de três projéteis tirados do corpo, um exame comprovou que as balas saíram do revólver. Àquela altura, isso ainda seria uma grande

⁷⁴ www.estadao.com.br. Acessado em 3/03/2005.

⁷⁵ www.oliberal.com.br. Acessado em 9/03/2005.

novidade? O que esta notícia traria de novo ao leitor, uma vez que o mistério sobre o crime estava quase desvendado naquele instante?⁷⁶

Em 10 de março, o juiz Lucas do Carmo de Jesus, de Pacajá, jurisdição a que pertence Anapu, determinou que o julgamento de Vitalmiro Bastos seria feito em processo separado daqueles dos demais envolvidos no crime. Nem a imprensa nem a justiça explicaram as razões de tal disparidade.⁷⁷

Como mencionado anteriormente, mais de um mês após o crime a justiça havia prendido três pessoas. As várias versões contadas por elas faziam a mídia contar e recontar a mesma história, com recheios distintos, todos os dias. Por exemplo, o autor dos disparos havia contado, logo após sua prisão, que receberia do fazendeiro R\$ 50 mil pela morte da freira. Depois desmentiu e afirmou tê-la matado por conta própria, e que não receberia dinheiro algum.⁷⁸

Durante 18 dias, a imprensa noticiou o caso Dorothy sem trazer novidades. Pesquisas em arquivos jornalísticos do período mostraram que o caso parara durante as buscas de Bida. Como as polícias não conseguiam alcançá-lo, o alvo das notícias, para não se perder o foco Stang, era os acontecimentos na prisão. Depoimentos de Rayfran Neves, Clodoaldo Batista e Amair Feijoli ganhavam espaço no noticiário cotidiano. A *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* escreviam em seus *leads* informações idênticas. Pelo menos duas matérias começaram desta forma: “[a]cusado de ser o intermediário no assassinato da irmã Dorothy Stang, o fazendeiro Amair Feijoli da Cunha, 34, o Tato, vai romper o silêncio e dará nova versão para o crime no depoimento à Justiça na semana que vem.” Esta foi a principal notícia

⁷⁶ www1.folha.uol.com.br. Acessado em 29/04/2005.

⁷⁷ *Idem*.

⁷⁸ www.jbonline.terra.com.br. Acessado em 7/05/2005.

desde que a imprensa tomara conhecimento do depoimento. A imprensa, em geral, divulgou a fala do advogado de Tato, que revelou o teor do depoimento que seu cliente daria ao juiz do caso, Lucas do Carmo Jesus. Contrariando todos os depoimentos anteriores dos dois executores, Tato diria que Bida não mandou Rayfran e Clodoaldo matarem Dorothy.⁷⁹

Enquanto isso, as autoridades também estavam paradas. Apenas a polícia prosseguia com as investigações e as Forças Armadas seguiam com suas intervenções na área. Os juízes e promotores envolvidos no caso assistiam, no palco da guerra pela autoria do crime, depoimentos serem mudados várias vezes pelos envolvidos.

A imprensa, então mais fria em relação ao caso, diminuía o número de matérias durante a segunda quinzena do mês de março. *A Folha de S. Paulo* veiculou 11 matérias; o *Estadão*, 16; *O Liberal*, sete; *O Globo*, cinco; o *Jornal do Brasil*, incluindo um artigo e uma notícia de falta de telefone na delegacia de Anapu, sete; o *Correio Braziliense*, dez. No entanto, dessas matérias, nenhuma falava das ações de governo tão anunciadas, nem havia mais presença dos órgãos federais no local, com exceção do Exército e da Polícia Federal.⁸⁰

⁷⁹ www1.folha.uol.com.br, www.estadao.com.br. Acessados em 21/05/2005.

⁸⁰ Pesquisa feita nos arquivos de todos os jornais citados neste estudo, via internet, em 21/05/2005

Capítulo 9 -

A prisão de Bida – o fim das investigações e o esfriar das notícias

Durante a segunda quinzena de março, os veículos de comunicação analisados neste estudo publicaram poucas matérias sobre o caso Dorothy. *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, ficou cinco dias sem sequer tocar no assunto. *A Folha de S. Paulo* continuou a noticiar, porém com menor frequência. *O Liberal* publicou cerca de doze matérias, incluindo algumas sobre a questão fundiária no Pará. *O Globo* também diminuiu o volume de publicações. *O Correio Braziliense*, igualmente. *O Jornal do Brasil* publicou somente seis matérias entre os dias 13 e 22 de março.

No dia 21 de março, surgiram as primeiras notícias sobre a rendição de Vitalmiro de Souza Bastos, o Bida. Segundo o advogado Augusto Septímio, defensor do fazendeiro acusado de ser o mandante da morte de Dorothy Stang, Bida se apresentaria à Justiça no dia 29, quando seria ouvido em depoimento no fórum de Pacajá. Ele estava foragido há 36 dias.⁸¹

Em 22 de março, o jornal *O Liberal* reportou a possível apresentação de Bida e fez uma grande matéria sobre toda a questão. Mostrou a forma na qual o advogado estaria negociando essa apresentação, o depoimento de uma testemunha que teria reconhecido os pistoleiros, e também como estaria tramitando o processo sobre o caso no Tribunal de Justiça Estadual (TJE). O Superior Tribunal de Justiça (STJ) teria solicitado informações ao Poder Judiciário do Pará. Tais informações teriam o objetivo de embasar a decisão de deslocar da Justiça Estadual para a Federal o julgamento do caso.⁸²

Em 27 de março, os jornais *online* divulgaram a prisão do suposto mandante do crime ocorrido em Anapu. Bida se entregara na manhã do dia 27 à Polícia Federal, em

⁸¹ www.estadao.com.br. Acessado em 15/05/2005.

⁸² www.oliberal.com.br. Acessado em 15/05/2005.

Altamira. O fazendeiro estava com a prisão preventiva decretada desde o dia 13 de fevereiro, um dia depois da morte da missionária. Depois de sua rendição, Bida foi transferido para Belém em um avião da Força Aérea Brasileira. Dessa vez, a imprensa noticiou qual era o avião que transportava o preso. Esta era a principal manchete sobre o caso Stang no dia 28 de março de 2005.

O jornal *O Globo Online* não fez alarde sobre a possível rendição do fazendeiro; esperou a prisão de Bida e a noticiou no dia 28 de março – um dia depois dele entregar-se à Polícia Federal.⁸³ Nos dois dias seguintes, a imprensa recomeçou a noticiar a confusão das autoridades e as mudanças de versão das histórias sobre a autoria do crime. Bida, procurado desde o início das investigações, em depoimento à Polícia Federal negou envolvimento na morte de Dorothy. "Não fui eu, não fui eu", repetiu várias vezes, segundo *O Estadão*.⁸⁴

No processo antecedente à prisão de Vitalmiro, a imprensa quase não noticiou a negociação entre o advogado do acusado e as autoridades competentes. Os leitores não ficaram sabendo sobre as exigências do fazendeiro. A rendição de Bida vinha sendo negociada havia três semanas diretamente com a PF e com a Comissão Externa do Senado, formada para acompanhar o caso. Para se entregar, Bida exigira o afastamento de representantes do governo do Pará e do senador Fernando Flexa Ribeiro (PSDB), que integra a comissão do Senado. O fazendeiro também exigiu ficar preso na carceragem da PF em Belém e não no presídio de Americano 3, onde estão os demais acusados. Essas foram informações relevantes para que se entendesse como estava sendo conduzida a investigação e o processo de incriminação. Outra relevância é o fato de um acusado fazer tantas exigências, visto que se trata de um homicídio.⁸⁵

⁸³ www.oglobo.globo.com. Acessado em 16/05/2005.

⁸⁴ www.estadao.com.br. Acessado em 16/05/2005.

Seguindo na linha das coisas relevantes a serem informadas para o público leitor, o primeiro encontro entre Vitalmiro e a PF aconteceu num bar, localizado em uma área de mata fechada entre os rios Xingu e Iriri, a cerca de 100 km da sede da PF em Altamira. O acesso ao local só foi possível por meio de helicóptero. A polícia esperava saber se existia mesmo uma lista de fazendeiros que estavam interessados em matar Dorothy. A imprensa também queria saber.⁸⁶

Em 28 de março, depois da prisão de Bida, o ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos afirmou que as investigações são um exemplo do trabalho desenvolvido pelo Susp (Sistema Único de Segurança Pública) – um programa lançado no início do governo Lula que prevê a gestão unificada da informação e dos sistemas de segurança, o aperfeiçoamento dos policiais, a valorização das perícias e a prevenção da violência no País.⁸⁷

A confusão nos depoimentos continuou. A imprensa noticiou amplamente os acontecimentos posteriores à prisão de Bida, e as autoridades pareciam perdidas em meio à profusão de depoimentos distintos. Novos acusados seriam apontados pelo fazendeiro. Acareações entre os quatro detidos, previstas para acontecer logo que Vitalmiro fosse preso, foram adiadas por duas vezes. Entre os novos suspeitos de encomendar o crime, aparecem os fazendeiros Luís Ungaratti, Délio Fernandes, Yoaquim Petrola e Regivaldo Galvão, o Taradão, um agiota de Altamira que fizera fortuna emprestando dinheiro a juros de até 30% mensais aos envolvidos com financiamentos da extinta Sudam, além de outros madeireiros.

Nos seis dias subseqüentes, a imprensa noticiou amplamente cada novidade sobre o caso. As autoridades voltaram a se pronunciar, e novos fatos foram conhecidos. Em 30 de março, a Comissão Externa do Senado, criada para acompanhar as investigações sobre o assassinato de Dorothy, aprovou por unanimidade o relatório com a conclusão dos trabalhos

⁸⁵ www.clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=185226. Acessado em 25/03/2005.

⁸⁶ *Idem.*

⁸⁷ www1.folha.uol.com.br. Acessado em 24/03/2005.

iniciados no dia 17 de fevereiro. O relatório aponta a existência de possível consórcio no Pará para financiar a morte de pessoas contrárias à exploração ilegal de madeira e grilagem de terras na região. Novos apontamentos apareceram – inclusive um ofício assinado por Dorothy Stang um mês antes de ser morta, contendo uma lista com nomes de pessoas que a ameaçavam. Bida vinha negando seu envolvimento no crime, mas a lista tornou-se a principal prova para incriminá-lo. O ofício da freira fora enviado no dia 11 de janeiro de 2005 à Superintendência do Incra, e informava que Bida e um grupo de homens armados estavam queimando casas, derrubando barracos e ameaçando famílias de colonos nas glebas 53, 57 e 59, incluídas no PDS Esperança, em Anapu.⁸⁸

Nos dias seguintes à sua prisão, Bida revelou vários nomes e atividades ilegais realizadas na Terra do Meio. Como consequência de seus depoimentos, o Ibama passou a realizar ações de fiscalização em madeireiras regionais. Partindo do pressuposto de que, naquela área, o órgão de fiscalização ambiental não dá muita atenção ao desmatamento ilegal, entendo que a partir das declarações de Bida, e do caso estar divulgado com amplitude na mídia, o Ibama resolveu agir. Logo, empresários do setor madeireiro e comerciantes do município de Anapu formaram um grupo para protestar contra o excesso de rigor nas fiscalizações do Ibama. Mas se há o excesso de desmatamento na região, como poderia o órgão federal de fiscalização do meio ambiente ser acusado de rigoroso? É o que ele deveria ser.

Dias depois do início da operação do Ibama, um grupo encabeçado por Haroldo Mota, presidente da Associação Comercial de Anapu, afirmou à *Folha de S. Paulo* que a culpa pela extração ilegal de madeira era "da burocracia do próprio instituto em liberar planos de manejo florestal". A tal operação teria recolhido 867.435 metros cúbicos de madeira, um grande prejuízo para o fazendeiro Luiz Ungaratti, acusado por Bida de ser o

⁸⁸ www.oliberal.com.br. Acessado em 01/04/2005.

verdadeiro patrocinador da morte de Dorothy. O Ibama não divulgou a lista das empresas irregulares, e o relatório da operação foi remetido ao Ministério Público Federal. A *Folha* foi o único jornal a noticiar esse fato.⁸⁹

O caso aqui é mais complexo. Os planos de manejo florestal, realizados por empresas especializadas, são burlados pelos fazendeiros locais. O Ibama realmente demora a aprovar os projetos, mas o problema é o valor pago pela madeira. Vendendo ilegalmente, consegue-se duplicar o preço das toras e das tábuas já laminadas. Sem passar pela fiscalização, os vendedores ilegais de madeira conseguem superfaturar o produto. Por exemplo, vendem tábuas de castanheiras – de valor comercial quase nulo – como sendo madeira nobre. Sem o carimbo da fiscalização, burlam e descaracterizam o produto, inclusive colocando-o em um patamar de produto industrializado – o que o sujeita a menor tributação. Os maiores prejudicados nesse caso são os colonos assentados nos PDSs, pois estes são incentivados a fazer o manejo. Os fazendeiros atravessam, negociam a madeira, e os colonos não conseguem receber dinheiro algum por seu trabalho.⁹⁰

Até o fim do período analisado neste estudo – fim de março e início de abril –, apenas algumas matérias eram destacadas na grande imprensa. *O Globo* de 31 de março noticia a aprovação de um segundo relatório elaborado pela Comissão Externa do Senado, que acompanhava a investigação do caso Stang. Se o primeiro concluiu pela existência de um consórcio para financiar o assassinato da freira, o segundo relatório concluía haver indícios da existência, no Pará, de uma espécie de consórcio para eliminar trabalhadores.⁹¹

O *JB* e a *Folha* de 3 de abril reportam uma ação que estaria sendo feita em sigilo. Secretamente, a Polícia Federal e o Exército encontraram um cemitério clandestino em

⁸⁹ www1.folha.uol.com.br. Acessado em 02/05/2005.

⁹⁰ Tomo por base entrevista com uma técnica em geoprocessamento, citada anteriormente (nota 41). Sua empresa é especializada também em manejo florestal na área de Santarém-PA.

⁹¹ Arquivo de *O Globo Online*, www.oglobo.globo.com. Acessado em 25/05/2005.

Novo Progresso – cidade localizada às margens da BR-163 (Cuiabá-Santarém) – e estariam mapeando outros cemitérios. Policiais e militares teriam começado a desenterrar ossadas de vítimas desovadas pelos pistoleiros. A ironia desse caso é que apenas depois da morte de Dorothy foram feitas ações desse porte. A região sempre foi conhecida pela pistolagem e pela violência, e nenhum órgão de segurança jamais mapeara ou tentara encontrar locais de desova por ali – ou a mídia não teria sido informada, o que é ainda mais improvável. Nos anos 80, época áurea do garimpo de ouro, a imprensa ainda noticiava alguns problemas na região. Quando o ciclo de Serra Pelada se encerra, finalizam também as notícias.⁹²

No dia 3 de abril, *O Estado de S. Paulo* não trouxe matéria alguma sobre o caso Dorothy. *O Liberal* noticiou que alguns magistrados da Justiça Estadual defendiam a federalização do caso Dorothy. *O Globo* não publicou nada, e o *Correio Braziliense* tratou da ação da PF com o Exército.

⁹² Arquivos do *JB Online* e da *Folha Online*, ambos de 03/04/2005. Acessados em 25/05/2005.

Capítulo 10 – Desfecho – últimos desdobramentos

Em 3 de abril de 2005, quando finalizei o período de análise dos veículos de comunicação, o caso ainda corria na justiça. Bida estava preso e seria acareado três dias depois com os outros três presos. O fazendeiro Ungaratti, acusado por Vitalmiro, seria preso e logo em seguida solto. Durante a acareação, Bida e Tato teriam se mantido calados. A briga pela federalização continuava até maio de 2005. A imprensa passou a noticiar muito esparsamente o caso. Durante abril e maio, novos assassinatos aconteceram e a imprensa noticiou-os de forma reduzida. Por exemplo, a 23 de maio, morre o ex-presidente da Associação de Moradores do Moju, Raimundo Moraes Pinheiro, que liderava uma comunidade de famílias sem terra que lutam pela regularização dos seus lotes há mais de cinco anos. Ele teria saído para caçar, e apareceu morto com um tiro no peito na altura do km 108 da BR-163, mesma área onde a PF teria encontrado o cemitério clandestino. Neste caso, apenas *O Estado de S. Paulo* e *O Liberal* soltaram matérias, mas não houve repercussão. Se houve investigação, nada foi publicado.

A 4 de maio, outro caso aparentemente ligado com o de Dorothy foi anunciado pela mídia. A *Folha de S. Paulo* e o *JB* noticiaram a prisão do agricultor Luiz Moraes de Brito e a procura por outros cinco trabalhadores rurais, todos ligados a Dorothy. Eles eram acusados de envolvimento na morte de Adalberto Xavier Leal, o "Cabeludo", que segundo a Polícia Civil, teria sido morto por Brito algumas horas depois da morte da freira, por vingança. Leal trabalhava no lote de Tato, que confessara ter sido o intermediário da morte da freira. O *Estadão* publicou que a CPT e os movimentos sociais de Anapu reagiram contra a decretação das prisões dessas seis pessoas. A entidade e os movimentos acusavam o

delegado de Anapu, Marcelo Ferreira Luz, de agir com parcialidade nas investigações para incriminar os colonos ligados à freira e proteger os fazendeiros da região que a odiavam.⁹³

Também a 4 de maio, o jornal *O Liberal* publicou matéria dando conta de que o vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, garantira à senadora paraense Ana Júlia (PT) que receberia os parlamentares que defendiam a permanência das tropas do Exército e da Polícia Federal na região de Anapu.⁹⁴

Em 7 de maio, a Ouvidoria Agrária Nacional, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, anunciou o balanço do número de invasões de terra no primeiro bimestre deste ano. O estudo revela que entre janeiro e fevereiro de 2005 ocorreram 22 invasões em todo o País, contra 16 no mesmo período do ano anterior – um crescimento de 37%. Uma estatística das mortes ocorridas no campo também foi anunciada; como nos anos anteriores, o Pará concentrava o maior número de casos.⁹⁵

A imprensa não se omitia, mas o furor das notícias cessara. Havia uma certa pressão dela sobre o governo federal, pois a cada novo acontecimento, a cobertura estava presente. As autoridades tentavam solucionar o caso, e no fim do mês de maio, ainda havia certa repercussão em todos os veículos.

Contudo, os problemas de coordenação do governo se amontoam como avalanche. Na quarta-feira, 18 de maio, o Ministério do Meio Ambiente divulgou dados do avanço do desmatamento da Amazônia. De 2003 a 2004, o País perdeu o equivalente ao estado de Alagoas, ou 26,1 mil km².⁹⁶ Este é apenas o retrato de uma catástrofe que assola o Brasil, com o conhecimento e a conivência das autoridades. O Planalto parece ter esquecido que apóia uma medida provisória idealizada pela ministra Marina Silva, com a finalidade de

⁹³ Tomo por base os jornais citados, edições do dia 05/05/2005. Acessados via Internet em 25/05/2005.

⁹⁴ www.oliberal.com.br. Acessado em 25/05/2005.

⁹⁵ Dados de estudo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, publicados no *JB*, edição de 03/05/2005.

⁹⁶ Informação de relatório do MMA, divulgada pelo *JB* em 21/05/2005.

disciplinar o uso sustentável das florestas. O texto foi enviado ao Congresso logo após o assassinato de Dorothy Stang.

A imprensa internacional, depois da vinda dos agentes do FBI – diga-se de passagem, ninguém ficou sabendo de suas atividades no País – e do pedido de federalização do caso, feito por David Stang, não deu muita atenção ao assunto.

Capítulo 11 – Conclusão

Para realizar este trabalho, contei com a valiosa ajuda do meu orientador, Sérgio Euclides de Souza. A facilidade de acesso aos recursos midiáticos eletrônicos substituiu com eficiência a falta dos jornais impressos, e me deu a chance de ter em mãos todas as matérias relativas ao assunto. Sem a Internet este trabalho não teria sido viável.

Pesquisei e li cerca de 200 matérias jornalísticas sobre o assunto. Também foram utilizadas fontes de pesquisa sobre conflitos fundiários e sobre a Amazônia. A partir daí busquei uma interpretação e um olhar distanciado das ações do governo e da mídia, que se uniram para realizar a empreitada de investigações e elucidação do caso.

Na Internet, uma pesquisa completa pode encontrar mais de mil matérias veiculadas sobre o caso Dorothy Stang no período de janeiro a maio de 2005.

Este estudo monográfico foi realizado com o intuito de analisar o conteúdo das matérias e a provável influência delas no desenvolvimento de ações governamentais. Isso implicou verificar se a imprensa cobriu os fatos apenas por ser a vítima uma mulher idosa, religiosa e de origem norte-americana. A conclusão foi de que a imprensa teve papel fundamental na presença das autoridades e ações do governo. Este, por sua vez, sentiu-se pressionado pela atenção da mídia nacional e internacional logo no início do caso. A prova disso está nos exemplos citados ao longo desse estudo.

O assassinato da missionária, em meio a um conflito fundiário no interior do Pará, mereceu a devida mobilização da imprensa e das autoridades para que os culpados fossem encontrados, presos e processados. Na mesma época, também por causa de um conflito agrário, um policial militar pernambucano foi torturado e morto, e outro espancado, num acampamento do MST. Em minha opinião, não se deveria diferenciar os três crimes, nem haver preterimento na noticiabilidade. Ora, se há uma coisa sobre a qual toda a

gente deveria saber, seria sobre os crimes que acontecem. Mas não saber apenas em âmbito regional, e sim no nacional. Um estado muitas vezes não conhece os índices de violência do outro. Como o crime é sempre notícia que vende, que muitas pessoas lêem, então que se fale, sem parcimônia ou sensacionalismo, sobre eles.

Esse tipo de fato evidentemente desperta atenção e comoção da população em geral. Além disso, Dorothy era uma cidadã nascida nos Estados Unidos, mais um fator para que o circo midiático fosse armado. Governo e veículos de comunicação queriam o desvendar deste caso. A notícia era vendável. Há por trás de todo o palco de acontecimentos motivos maiores para a intensa cobertura do caso. Estariam o governo e a mídia dispostos a acabar com os conflitos existentes na região, ou apenas dar ponto final a um dos casos de violência que, se não fosse resolvido, poderia desdobrar denúncias envolvendo os donos do poder na Amazônia Legal?

Não importam quantos crimes sejam cometidos. Lamentavelmente, o importante é a imprensa estar presente para fazer o espetáculo grandioso do sensacionalismo barato e vender seus exemplares. O governo precisa mostrar serviço para o público leitor, e contra os grandes exploradores que desejam preservar seus interesses escusos.

A mídia é capaz de ultrapassar o sentimento humano e atingir uma frieza imprescindível para manter-se afastada dos fatos. O debate ideológico não cabe nesta monografia, pois quando se resolve fazer um estudo de caso, há que se distanciar da filosofia. As conseqüências sociais pouco importam para a mídia nos tempos atuais. Fatos como a morte de Dorothy Stang são noticiados apenas se há interesse do público e, principalmente, político. Como anteriormente citado, pessoas comuns, sem nomes expressivos, não têm merecido a atenção dessa mídia. Não importam os brasileiros de baixa renda que lutam por uma vida digna, um pedaço de terra para plantar, e segurança de ir e vir.

A imprensa nacional, por ter grande inserção nos lares brasileiros, deveria servir como guardião e denunciante das tragédias sofridas pelo povo. O governo precisa entender que não é apenas por pressão internacional, ou mesmo interna, que se deve agir em prol da população.

Depois da morte de Dorothy, várias ações foram idealizadas para o Pará. Um projeto de lei sobre gestão de florestas públicas enviado ao Congresso Nacional, em regime de urgência, regulamenta o uso de matas para produção sustentável em terras públicas, cria o Serviço Florestal Brasileiro e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, voltados para o desenvolvimento tecnológico, a promoção da assistência técnica e o incentivo ao desenvolvimento florestal sustentável. A regulamentação da gestão de florestas públicas permitirá ao Ministério do Meio Ambiente, em parceria com os Ministérios da Integração, do Desenvolvimento Agrário, e da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior, fortalecer o trabalho de planejar e fomentar a produção local e o crescimento da indústria florestal sustentável em todo o Brasil.⁹⁷

Essas são medidas importantes, mas apresentadas somente quando o Brasil viveu o caso Dorothy Stang. Daí o questionamento sobre o engajamento do Governo na resolução dos problemas de parte do seu povo.

Ao finalizar este estudo, imagino que a sua relevância é no sentido de alertar outros pesquisadores, que porventura venham a se interessar pela análise da cobertura da mídia nos casos de assassinatos, para a importância de tratar dos casos envolvendo pessoas comuns, sejam lideranças ou não. Por meio desta análise, tento ainda propor uma investigação mais aprofundada sobre as razões da grande imprensa dar atenção a um fato, em detrimento de outros. Buscando ainda pontos de relevância neste assunto, acredito ser ele mote inicial para uma pesquisa posterior, em que pretendo mostrar elementos de convergência entre a

⁹⁷ www.oliberal.com.br. Acessado em 20/03/2005.

mídia e ações governamentais em outros casos semelhantes – a exemplo do assassinato de Chico Mendes, que rendeu a criação de reservas de extração de borracha. Nesse sentido, abordar as estatísticas das mortes no Pará, e a quase nula cobertura da mídia sobre elas; e buscar as vidas reais de personagens locais, a fim de continuar escrevendo sobre as tragédias e os problemas sofridos pela apaixonante população do Norte do país.

Referências

Livros

CARTAXO, Carlos. *A família Canuto e a luta camponesa na Amazônia*. Belém: UFPA/Livroarte, 1999.

KOVACH, Bill, e ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LAVILLE, Christian, e DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

OLIVEIRA FILHO, Moacyr de. *Rio Maria: a terra da morte anunciada*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo, vol. II: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.

Jornais e revistas

Correio Braziliense, Brasília-DF.

Época, Rio de Janeiro-RJ.

Folha de S. Paulo, São Paulo-SP.

IstoÉ, São Paulo-SP.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro-RJ.

O Estado de S. Paulo, São Paulo-SP.

O Globo, Rio de Janeiro-RJ.

O Liberal, Belém-PA.

Veja, São Paulo-SP.

Sites

port.pravda.ru/Brasil/2005/02/20/7241.

veja.abril.com.br/idade/em_profundidade/index.html.

veja.abril.com.br/idade/exclusivo/amazonia/contexto_perspectivas.htm.

www.abi.org.br/primeirapagina.asp?id=954.

www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/02/050217_economist.htm.

www.bdt.fat.org.br/publicacoes/padct/bio/cap12/amazonia.html.

www.chicomendes.org.br.

www.clipping.planejamento.gov.br.

www.csn.com.br.

www.ecoviagem/ecoreporter.com.br.

www.estadao.com.br.

www.exercito.gov.br/03Brafor/operacoes/pacaja/indice.htm.

www.fab.mil.br/portal/imprensa/enotimp/2005/03-MAR/enotimp062.htm.

www.folha.uol.com.br.

www.forum.direitos.org.br/?q=filestore/download/2895.

www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/para_estadodeconflito.pdf.

www.historiaviva.net.

www.igutenberg.org/jj343x1.html.

www.jbonline.terra.com.br.

www.lead.org.br.

www.mte.gov.br.

www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br.

www.oglobo.globo.com.

www.oliberal.com.br.

www.petroflex.com.br/perfil_borracha.htm.

www.planejamento.gov.br.

www.primeiraleitura.com.br/auto/leia.php?id=40035.

www.radiobras.gov.br.

www.riosvivos.org.br.

www1.folha.uol.com.br.

www2.uol.com.br/historiaviva.

www.terrazul.org.br.

www.vejaonline.com.br

Leitura complementar

VENTURA, Zuenir. *Chico Mendes, Crime e Castigo*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

Resumo

Neste trabalho, tive como objetivo a análise da cobertura jornalística, feita por alguns jornais impressos e *online*, do assassinato da missionária Dorothy Stang, ocorrido no Pará em 12 de fevereiro de 2005.

Durante seis semanas e meia, analisei as matérias veiculadas por esses veículos e avaliei a movimentação dos governos federal e estadual no sentido de mostrarem presença no estado e na investigação do caso. Verifiquei ainda se as ações governamentais foram realizadas durante o período em que a imprensa esteve mais atuante.

Fiz também uma reconstituição histórica sobre a região, explicando os antecedentes de ocupação e conflito. Por meio dela, tento dar uma visão ao leitor de como as questões fundiária, madeireira e social sempre estiveram presentes ali. Com isso, procuro situá-lo na realidade encontrada na região Norte ainda hoje. Problemas que envolvem a posse e a grilagem de terras; o assentamento de colonos que desejam plantar e se manter por meio da agricultura familiar escoada através da organização de cooperativas; e a interferência direta de fazendeiros pecuaristas e madeireiros para comprometer os projetos de desenvolvimento e exploração sustentáveis feitos por agricultores e pessoas menos favorecidas financeiramente.

Com esse estudo, tenciono ainda mostrar que as ações do governo federal em relação à investigação e ajuda à população local – como a intervenção do Exército para atuar na segurança e no auxílio cívico-social da região Sudoeste do Pará – foram dramaticamente intensificadas a partir do momento em que Dorothy Stang, cidadã brasileira nascida nos EUA, foi morta em Anapu.

Concluo, neste episódio, que a mídia quando “unida” ao governo – isto é, quando a primeira pressiona o segundo –, ações resolutas são desencadeadas e soluções podem ser encontradas. No entanto, a cobertura jornalística é falha no dia-a-dia, e só dá preferência a personagens que podem cair no gosto do público.